

NOTAS ECONÓMICAS 11

JOÃO SOUSA ANDRADE DEMANDE DE MONNAIE ET ÉQUILIBRE MONÉTAIRE

J. ROMERO MAGALHÃES SENTIMENTO EUROPEU E MOEDA ÚNICA

ALZIRA MARQUES / JOÃO LISBOA UTILIZAÇÃO DA TIPOLOGIA PORTERIANA NA DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO SECTOR CRISTALEIRO PORTUGUÊS

MARIA ANTONINA LIMA REGIONALISATION, GLOBALISATION AND THE EMERGING WORL ECONOMY: THE WORLD TRADE ORGANIZATION, THE REGIONAL INTEGRATION AGREEMENTS AND THE EUROPEAN UNION

OCTÁVIO FIGUEIREDO GONÇALVES CONVERGÊNCIA REAL NO LONGO PRAZO DA ECONOMIA PORTUGUESA

DANIEL MURTA O MERCADO PORTUGUÊS DOS JORNAIS DESPORTIVOS

EUGÉNIA MARTA / NUNO VALÉRIO DÍVIDA EXTERNA E CRESCIMENTO ECONÓMICO EM PORTUGAL (1820-1914)

JOSÉ REIS O INSTITUCIONALISMO ECONÓMICO: CRÓNICA SOBRE OS SABERES DA ECONOMIA

ABEL FERNANDES ANÁLISE SUMÁRIA DO COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO DO ESCUDO (1960-1994)

CARLOS MATOSO FILIPE CONTRIBUINTES LÍQUIDOS, BENEFICIÁRIOS LÍQUIDOS E TROCAS INTRACOMUNITÁRIAS

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE ANTÓNIO SIMÕES LOPES

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Círculo FEUC

Realizou-se no dia 13 de Dezembro de 1998, na Universidade de Coimbra, o doutoramento *honoris causa* de António Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa. Publicam-se aqui a sua alocação e as orações de elogio do Doutorando e do seu Apresentante, Prof. Doutor Rui de Alarcão, que foram proferidas, respectivamente, pelos Doutores José Reis e Jaime Ferreira, Professores Associados da FEUC.

Doutoramento *honoris causa* de António Lopes

13 de Dezembro de 1998

António Simões Lopes

Magnífico Reitor:

Não é decerto inédito o sentimento que me invade hoje. É-o de algum modo para mim, que o vivo nesta Universidade a que me liguei pelo trabalho e pelas amizades, Universidade que esteve perto de ser por adopção a minha; onde me formei também no convívio com Colegas que muito prezo e com alunos que muito me deram e continuam a dar, não já como alunos, obviamente, mas como contribuintes efectivos para o progresso do conhecimento, sobre cujas ideias me debruço hoje, reflectidamente, em acto de adesão que termina, as mais das vezes, em adopção.

Deu-me muito esta nossa Universidade de Coimbra, Magnífico Reitor, através particularmente da sua Faculdade de Economia que modestamente ajudei a «instalar» na companhia, de resto sempre enriquecedora, de um bom e ilustre Amigo que hoje me apadrinha neste Acto, e de tantos outros cujas qualidades me influenciaram igualmente, cujas capacidades me estimularam, cuja generosidade, dedicação e entrega testemunhei, cujo espírito universitário tanto se identifica com o meu. Deram-me muito os seus estudantes, como já disse, pela inquietação e exigência permanentes que em tantos casos me permiti tomar como de adesão. E se foi muito significativo para mim que o Conselho Científico da Faculdade quisesse informar-me da iniciativa que ia levar ao Senado por um seu membro da minha geração de Conselheiros, não o é menos que seja hoje meu «Padrinho» um companheiro dessas e de outras lides, tornado figura ímpar da Universidade de Coimbra, isto é, da Universidade portuguesa; e que seja um dos meus antigos alunos, que tanto me honro em contar como Amigo e como «Par» de referência nas batalhas do *desenvolvimento*, a falar, perante vós Magnífico Reitor e perante a Academia, do trabalho não mais do que humilde, não mais do que modesto, do

trabalho, simplesmente, que tenho feito por realizar.

Suponho contudo estar eu ainda suficientemente dotado de razão e de espírito crítico para legitimamente, que não sossegadamente, me interrogar sobre a razão de ser, a justificação, de honrarias tão dignificantes como esta com que a Universidade de Coimbra me distingue.

Mantendo-me fiel ao pensamento do Poeta¹ que, logo na minha juventude, me marcava

«Não busco nesta vida glória ou fama:

Das turbas que me importa o vão ruído?»;

adiro ao desabafo de um outro que dizia não ser seu «forte» andar pelos salões a receber coroas de louros, parafraseando-o ainda (eu que regresssei há dias de o reler² e que acabei tomando-o como referência espiritual para o dia de hoje) parafraseando-o, repito, quando me interrogo sobre o que podem trazer homenagens como esta aos 64 anos: «Ilusões? Compensações? Nem uma coisa nem outra. Os erros cometidos são irremediáveis... A obra realizada, boa ou má, aí anda... à mercê do tempo, tal como nasceu. Ninguém lhe pode acrescentar ou tirar o que for, e, de tão previsíveis, os aplausos ou desaplusos dos camaradas... já nada significam... Nenhum tónico, portanto, pode valer ao cepticismo, que de habitual se tornou orgânico. O único remédio é caminhar para a frente...»³.

Dei-me ao ensino, à Universidade, Magnífico Reitor, por opção de vida que me orgulha porque até investi nele redução significativa no orçamento familiar. Dei-me a eles de corpo inteiro, procurando defender e valorizar a *formação* que nos pertence como função primordial, procurando contribuir para o avanço ou pelo menos consolidação do conhecimento criador, na área científica que me é mais próxima, inserindo-a na Comunidade para cujo desenvolvimento a Universidade é apenas um instrumento. Vivo hoje com alguma angústia, após a devolução de autonomia que houve, momentos mal definidos de crise institucional

que se devem a dúvidas, tanto sobre se a autonomia está devolvida no essencial como sobre se estaremos a saber utilizá-la no melhor sentido, que nem sequer pode ser apenas o sentido da Instituição, mas tem de ser sobretudo o sentido da Comunidade. Momentos de crise para que muito concorrem os procedimentos de alguns de nós quando defendemos no discurso a dignificação da função universitária e actuamos na prática quase em contradição com ela.

Dei-me à problemática do desenvolvimento, na área do conhecimento que abracei e dou comigo a insistir nos valores-guias que devem nortear os objectivos; e vejo mal, como Torga *não* via, «a técnica, desenfreada, a limitar-se, nem a ética, humilhada, a reabilitar-se»⁴; vejo a «variola técnica» como ele a via e o «mito moderno da produção incessante, que começou por acudir à fome saciável do necessário, e acaba por não satisfazer a fome insaciável do supérfluo. Não parece evidente (dizia ele) que a parte mais profunda de cada um de nós necessite dos mil confortos de que a cercaram e dispense a meia dúzia de valores permanentes de que foi espoliada»⁵.

No entanto, é quase a técnica pela técnica, é o saber compartimentado em vez do saber inserido no quadro vasto que a cultura determina e a complexidade dos problemas sociais impõe.

Do tratamento tão frequentemente dado à «minha» economia me queixo vezes sem conta, porque a quero ciência «útil», ela que só esse papel deveria desempenhar para a vida e para o futuro da comunidade, das pessoas, do homem. Contudo, não tem sido raro ver instrumentos da economia, como as finanças, quase aparecerem arvorados em fins; e a economia, que nos tempos em que nela me iniciava não desprezava a «repartição», vem-se concentrando mais e mais na produção, como que deixando que a repartição daí decorra, espontaneamente. E dou assim, ainda hoje, com o descuido indesculpável de ver tomado desenvolvimento por crescimento. E apercebo-me da distracção de muitos que não vêem as assimetrias como mal a corrigir, para



¹ Antero de Quental.

² Miguel Torga.

³ Miguel Torga, *Diário*, Coimbra 1995, p.701

⁴ Miguel Torga, *op.cit.*, p.893.

⁵ *op.cit.* pp.683-84.



seu conforto espiritual e até para sua segurança material. Por isso, ainda como Torga, «vejo seguir a corrente, que tudo arrasta no seu ímpeto simplificador, e recuso-me a engrossá-la»... «A verdade é que há sempre possibilidades de uma ideia vir a ter o seu dia. E os que vão na corrente sabem isso»⁶.

Magnífico Reitor,

Este é, em estilo breve, o universitário desajeitado, inquieto, insatisfeito, humilde, que vem aceitar se lha quiserdes outorgar, a honrosa distinção que deseja, de poder sentar-se entre os doutores da Universidade de Coimbra. Inquieto, insatisfeito, humilde, desajeitado; mas de consciência tranquila por estar convencido de que sempre procurou fazer o melhor possível. Embora (volto a Torga) isso não baste: «O homem necessita de saber que actua, de ver o seu exemplo frutificar, de ter a certeza de que não passa a vida a plantar boas intenções em areal»⁷. «Acredito em certos princípios, mas sem a cegueira dos iluminados. No auge da maior paixão a lucidez corta-me as asas. E caio envergonhado dos píncaros da certeza no raso chão da dúvida»⁸.

Aqui me têm como penso que sou. Claro que «de certa altura em diante, o máximo que poderemos esperar dos mais novos é a subida consideração de sermos réus no seu tribunal. Réus do que não fizemos ou fizemos mal»⁹. Claro, ainda «que agora é tarde para arrepiar caminho, e resta saber se a gente pode mudar dentro da mesma pele»¹⁰.

Este é o universitário que sou e como me ofereço, com subida honra, à nossa Alma Mater. Sem arrogância, mas com orgulho de universitário. Sem certezas, mas com fundadas expectativas. «Não consigo sentir debaixo dos pés a firmeza de nenhum instante»; mas, particularmente numa Universidade, «é sempre futuro o presente que piso»¹¹.

Bem hajam.

⁶ *op.cit.* p.628.

⁷ *op.cit.* p.946.

⁸ *op.cit.* p.949

⁹ *op.cit.* pp.907-8.

¹⁰ *op.cit.* p.925.

¹¹ *op.cit.* p.911.

José Reis

A Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra tem 25 anos. Este tempo decorrido desde que, em Outubro de 1973, abriu as suas portas a uma primeira leva de estudantes — que queriam conhecer em Coimbra uma ciência social posta no centro dos *curricula* universitários pelas três décadas que haviam alterado o mundo desde o pós-guerra — serviu-nos para construir uma memória. Uma memória consciente, com que nos reconhecemos na nossa identidade feita de referências que hoje sabemos serem fortes e sólidas.

A uma faculdade que ainda hoje é jovem pedia-se, sobretudo quando era pequena, que criasse o seu caminho e fosse ganhando auto-estima e capacidades para andar.

Não faltaram à Faculdade de Economia forças para isso. Entusiasmámo-nos no modo como avançámos, como gerámos cumplicidades e como ousámos alargar um projecto de inovação e de solidariedade na diferença. Evidentemente que nenhum sentido colectivo se ganha sem elementos matriciais sólidos, sem pontos nucleares em que nos apoiemos. A Faculdade de Economia teve-os desde cedo, e consolidou-os ao longo destes 25 anos — teve-os, em primeiro lugar, na própria Universidade de Coimbra de que faz parte, visto que foi sempre muito ciosa da cultura, da tradição e do prestígio da vida coimbrã, da sua Universidade e da sua cidade. Foi na vida colectiva de Coimbra que vimos o sentido de uma faculdade como a nossa e foi também aí que reconhecemos que éramos precisos e fazíamos falta.

E foi também através de referências individuais que nos auto-sustentámos. Elas constroem-se com pessoas, com professores, com gente que sabe constituir-se como portadores de uma escola. Boaventura de Sousa Santos, Joaquim Romero Magalhães, José Xavier de Basto, Júlio Mota, Pedro Hespanha (permita-se a discricionaridade de só apontar como exemplo alguns daqueles que entre 1973 e 1978 tive como meus professores, e a que acrescento o nome de José Veiga Torres) foram e são esses pilares auto-construídos da nossa faculdade e da nossa memória identitária que leva 25 anos.

Mas é coisa sabida que nenhuma obra tem êxito sem que, do exterior, alguém se junte a ela e a valide, dando-lhe apoio, deixando entender que também se pode rever nela e entusiasmando-nos a prosseguir.

Este conforto de vir até nós, esta confiança de nos trazer o seu apoio, este estímulo para que ousássemos revermo-nos nele e seguíssemos os bons caminhos que os universitários de cultura e exemplo superiores vão abrindo na sociedade portuguesa — tudo isto foi o que o Doutor António Simões Lopes nos trouxe quando, muito cedo, em 1977, e em circunstâncias de incerteza, se juntou à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Sou testemunha de tudo isto e atrevo-me até a considerar-me testemunha privilegiada. Porque sou um entre as largas dezenas de estudantes que, depois de o nosso primeiro ano ser também o da nossa faculdade, tiveram as primeiras aulas de Desenvolvimento Regional com o Doutor António Simões Lopes e descobrimos, fascinados, ao mesmo tempo, uma disciplina, um problema de economia — o problema do espaço, dos territórios — e, sobretudo, o entusiasmo estimulante de um professor que nos mostrava a ciência económica no seu lado mais ético e mais estético e o fazia com uma profunda dose de autoridade, que nos reconfortava e, porventura, reconciliava alguns de nós com uma ciência económica que uns quantos começávamos a ver como perturbadora, na dose de insensibilidade e de insensatez que muitos passos da sua afirmação lhe foram conferindo.

Há poucos meses, em Julho deste ano, também na presença do Doutor António Simões Lopes, citei nesta mesma sala José Saramago. Fi-lo antes da atribuição do Prémio Nobel e usei-o para me referir às relações entre estética e autoridade, num contexto em que quis elogiar os melhores saberes da economia. Relembro-me destes dois valores quando relembro a marca profunda que o Doutor António Simões Lopes deixou nos seus estudantes de Coimbra.

Disse já que tenho a imodéstia de me considerar testemunha privilegiada do que de muito o Doutor António Simões Lopes trouxe,

desde o seu início, à Faculdade de Economia — fui seu aluno nas primeiras aulas que aqui deu, foi sob sua orientação que cheguei a esta sala como o primeiro licenciado em Economia por Coimbra que também aqui se doutorava, e foi com a sua participação activa que aqui vim prestar provas de agregação. Não vou negar que aludo a tudo isto para revelar a alegria que guardo por ter feito muito da minha carreira com o apoio e a cumplicidade do Doutor António Simões Lopes. Mas, feita esta confissão, todos aceitarão que o faço também para deixar aqui um registo bem sublinhado. Porque foi na vida de uma instituição, mas também na vida das pessoas concretas que a integram, que o contributo do Doutor António Simões Lopes se manifestou. Por isso, quando a Faculdade de Economia o homenageia, pedindo-lhe que aceite o título de Doutor pela Universidade de Coimbra, é porque todos compartilhamos um sentimento que é ao mesmo tempo pessoal e institucional.

De facto, quem em 1977 aqui veio dar aulas, quem entre 1979 e 1992 foi membro do Conselho Científico e quem dirigiu doutoramentos, participou em júris e aconselhou tantos momentos decisivos da evolução da Faculdade de Economia não foi apenas o professor prestigiado, vindo de Oxford em 1971 com uma tese de doutoramento em economia absolutamente inovadora sobre as funções económicas dos pequenos centros — foi um activo e permanente membro da nossa própria comunidade universitária.

Todos, na Faculdade de Economia, temos a certeza que o Doutor António Simões Lopes se sente e sentiu bem entre nós. Não apenas, porventura, por ter estado aqui perto das suas raízes — ele que nasceu em Colmeal, no concelho de Góis em 1934. Mas porque todos sabemos que este tempo que decorreu nos últimos 25 anos, que o envolveu a ele e também a nós como escola, foi o da afirmação de uma ciência económica complexa, rica, internamente conflitual, mas igualmente dotada de alguma capacidade para ser (como gosta de sublinhar) instrumental, ao serviço do desenvolvimento e para melhor servir as pessoas. Que António Simões Lopes é um dos nomes mais importantes para a afirmação





do que há de melhor na ciência económica em Portugal, mostra-o o seu *curriculum* e o reconhecimento que lhe tem sido manifestado. Por tudo isto foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública da República Portuguesa e com o Grau de Cavaleiro da Ordem Nacional de Mérito da República Francesa; foi distinguido com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Kent e pela Universidade do Algarve, com o título de Professor Honorário da Universidade Federal do Maranhão e com a Medalha de Mérito da Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul; foi professor visitante em Oxford e Kent; é Conselheiro da Universidade de Évora; desde 1982, então como Vice-Reitor e depois de 1985 como Reitor, dirige a Universidade Técnica de Lisboa; é membro do Bureau da Universidade da Europa e tem estado desde 1986 na presidência da Associação das Universidades de Língua Portuguesa — tudo isto entre inúmeras outras funções de prestígio em órgãos de direcção universitária e de política científica, para além da permanente intervenção em grupos e equipas de investigação, onde é portador da mensagem intransigente de dar conteúdo positivo e crítico às visões espaciais da economia, demonstrando quotidianamente que «é o economista Português que, de modo mais profundo, estudou as relações entre o desenvolvimento e o espaço e o desenvolvimento de todos os tipos de regiões mas, especialmente, o das regiões periféricas», como realçou o Prof. Valente de Oliveira, quando elogiou a sua obra no momento em que a Universidade do Algarve, tal como nós hoje, lhe atribuía o grau de Doutor *Honoris Causa*. Esse papel têm-no desempenhado em Portugal mas também, entre muitos outros lugares, na Regional Science Association, na Regional Studies Association, na Royal Economic Society, na Associação de Ciência Regional de Língua Francesa, bem assim como em grupos e projectos no âmbito da União Europeia — exercendo assim o papel insubstituível, bem realçado também pelo Prof. Valente de Oliveira, de ser «um intérprete da mais alta qualidade na projecção externa da Academia Portuguesa».

Falei do reconhecimento que queremos

simbolizar com esta cerimónia, falei também do modo como nos auto-reconhecemos nela, visto que trazemos aqui todas as nossas referências matriciais, especialmente as que são representadas pelos que se juntaram a nós com o seu apoio e o seu prestígio. Disse já que a personalidade do Doutor António Simões Lopes é o símbolo maior desse suplemento de alma que muitos nos têm dado, e aquele em quem, intelectual e afectivamente, vemos todos os outros. Ao vir aqui acompanhado pelo Doutor Rui de Alarcão, seu Apresentante, estamos perante a mais qualificada testemunha do papel que desempenhou na nossa faculdade e nas universidades portuguesas. Como membro do nosso Conselho Científico, que também foi, e como Reitor da nossa Universidade, o Doutor Rui de Alarcão, com os saberes que o meu colega Jaime Ferreira enaltecera, partilhou com o Doutor António Simões Lopes todo este longo envolvimento pela construção da Universidade democrática.

Quero agora mostrar como a personalidade cívica e humana do Doutor António Simões Lopes se encontra também na sua obra científica — uma obra feita de valores, de combates, de uma quase ansiedade por deixar na ciência económica uma visão irredutivelmente assente no homem, na equidade, na democracia política e na democracia material. Quem ouça o Doutor António Simões Lopes falar da sua disciplina, quem beneficie das suas aulas, quem leia os seus trabalhos fica preso da fluência do seu discurso e de uma das mais simples, rigorosas e elegantes formas de escrever sobre economia — mas não consegue também fugir àquele que, tenho a certeza, é um dos seus desejos mais permanentes, e que consiste em deixar-nos intranquilos, incomodados, conscientes de que a economia, como disciplina, pode estar sempre à beira de esquecer aqueles a quem deve servir na medida em que contribua para organizar a sociedade de forma equilibrada, para que se possa proporcionar bem-estar a todos. Por tudo isto, insatisfação é um termo corrente nos seus trabalhos — mas é um termo que usa para nos estimular e para nos convidar a sermos rigorosos e, porventura, corajosos.

Esta missão convicta que o acompanha deixa-

-nos entender porque é que os primeiros trabalhos do Doutor António Simões Lopes foram sobre o ensino e sobre o seu papel no progresso social. A sua tese de licenciatura, apresentada no ISCEF em 1962, tem exactamente por título «Progresso Económico, Progresso Técnico e Ensino» e, logo de seguida, integrou uma equipa de investigação do Centro de Estudos de Estatística Económica que procedeu à «Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa: 1950-1959», colaborando assim no Projecto Regional do Mediterrâneo levado a cabo pela OCDE. Já naquele primeiro trabalho se entendia bem que o progresso era concebido pelo autor como uma condição para a ambição ou a utopia de não limitar os direitos que cabem a todos os homens e dos quais a educação é pedra base — «só o progresso económico permitirá pôr em prática o princípio ideal de fornecer a todos os indivíduos as mesmas possibilidades de desenvolverem as suas aptidões através do ensino», dizia.

É de assunto a que tem voltado regularmente, não por causa das suas tarefas de Reitor ou pelo facto de ser uma das vozes mais escutadas sobre a política universitária em Portugal — mas apenas porque sabe, mais do que qualquer um de nós, que na educação está um dos pilares essenciais para fazer a sociedade justa e capaz. Por isso, haveria de recordar mais recentemente que destes estudos resultou uma aquisição para si «intocável» — «a de que os gastos com o ensino e a investigação são verdadeiras despesas de investimento, com reprodução assegurada».

Na obra de António Simões Lopes, a relação entre as preocupações sobre o ensino e as preocupações com as dimensões espaciais da economia são directas e fáceis de interpretar — porque ao falar-se de desenvolvimento regional, ao mostrar-se que tratar do espaço é tratar-se de questões de acesso de todos e de cada um aos bens que o progresso exige estão a tomar-se as pessoas como centrais, a mostrar que a economia é para elas que serve. Quando fala de acesso e de pessoas (e esse é um pilar de base do seu raciocínio) diz sempre acesso das pessoas *onde elas estão*. Quer dizer, nos lugares e nos locais onde vivem, onde são cidadãos, onde se

relacionam integral e humanizadamente com um meio que é o seu meio de vida. Como muito bem salientou o meu colega Henrique Albergaria, quando em Abril de 1993, nos 20 anos da nossa Faculdade, aqui elogiou o Doutor António Simões Lopes, então na condição de Apresentante de Albert Hirschman como Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra, é na proposta para que repensemos os modelos de desenvolvimento e na convicção de que os critérios da eficiência não se devem sobrepor aos critérios da repartição e da igualdade, que reside o princípio moral que dá unidade à sua obra científica.

Gostaria de relembrar o significado das suas formulações ricas e contagiantes no âmbito intelectual da segunda metade dos anos setenta em Portugal — quando, por exemplo, nas marcantes Conferências Internacionais sobre a Economia Portuguesa de 1976 e 1979, deixou uma visão profunda, rigorosa e intelectualmente sofisticada da nossa sociedade, ao mesmo tempo que clara e normativamente indicava as metas e os objectivos do desenvolvimento, quer dizer do desenvolvimento regional.

Não virá ao caso, nesta ocasião, ensaiar uma síntese do pensamento do Doutor António Simões Lopes na sua tarefa de dar corpo ao desenvolvimento regional. A sua obra, encimada por esse livro de referência que é «Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos», não é sintetizável, é antes de tudo um convite irrecusável a que se a percorra, com o prazer que agora voltei a ter, ao deambular, com gosto e com norte, por várias dezenas de artigos, comunicações e trabalhos de grande fôlego. Trata-se de um itinerário construído pensando em cada problema da sociedade portuguesa, num diálogo pedagógico e criativo com estudantes, com agentes de desenvolvimento, com técnicos de planeamento, com universitários. Mesmo assim, vem ao caso sublinhar as suas ideias-força, a sua mensagem essencial. O ponto de partida define-se com facilidade — ele consiste na não aceitação dos desequilíbrios e das assimetrias, da visão do mundo que retira aos indivíduos o seu direito de beneficiarem de bem-estar e à sociedade a ambição de ser inclusiva.





Sabendo que a dimensão económica é apenas parte de um «objectivo bem mais complexo», onde domine «a dimensão cultural e ética do progresso económico», a primeira linha de combate do Doutor António Simões Lopes foi sempre a de deixar bem vincada a distinção que existe entre crescimento e desenvolvimento — uma distinção que parte da necessidade de não confundir meios com objectivos, de ver que «o desenvolvimento é um *processo* que tem em vista as pessoas como realidades concretas e actuantes e na sua diversidade», propondo-se «como fins estados qualitativos de identidade, dignidade, justiça social, liberdade, para além da disponibilidade (crescente, se possível) dos bens que respeitem os verdadeiros valores».

Ao lado desta maneira de ver, que remete para um simples papel *instrumental* aquilo que muitos consideram como fins em si mesmos, está uma segunda ideia-forte, a de que o desenvolvimento se traduz no acesso que proporciona e possibilita — «acessibilidade das pessoas, *onde quer que vivam*, aos bens e serviços e às oportunidades do nosso tempo». É aqui, na noção tantas vezes elegantemente demonstrada, de que «desenvolvimento é desenvolvimento regional» que as pessoas — todas as pessoas em todos os lugares onde sejam *sujeitos* — ficam no centro do problema.

É por isso, em terceiro lugar, que a luta de António Simões Lopes dentro da ciência económica é pela valia da variável espaço, tão longamente deixada em lugar menor. Isto não acontece só para que a economia se assuma de forma ampla e não abstracta, para que se concretize na localização dos recursos, das pessoas e das actividades — isto acontece porque «o espaço é elemento activo da vida económica» (...) «e não simples objecto que passivamente aceita o impacto das actuações da política». O espaço é o «elemento integrador», onde estão as pessoas e as interdependências da vida colectiva, da acção, da iniciativa — e por tal razão a política regional por que o Doutor António Simões Lopes se bate não é um elemento adicional das políticas, é a *síntese* de todas elas, a expressão crítica dos seus conteúdos.

Uma visão ética da economia, a importância

atribuída à distribuição e uma insistência permanente na necessidade de atitudes voluntaristas de política — eis o que resulta daquelas três ideias-força que recorrentemente encontramos no pensamento do nosso homenageado. Por esta ordem de razões é também natural que encontremos na sua obra um outro elemento constante, próprio de quem quer intervir num projecto equilibrado e qualificante para um país desequilibrado e assimétrico como o nosso — trata-se da regionalização. Desde há muito que o Doutor António Simões Lopes vem intervindo sobre esta matéria. A sua razão é simples — «a regionalização deveria surgir como via (...) para tornar as regiões *sujeitos* do seu próprio processo de desenvolvimento económico e social e participantes activos do processo democrático, com recurso à desconcentração do aparelho central e à descentralização das decisões». E por isso alertava, já há anos, que «adiada a *Região* como estrutura intermédia adia-se o fortalecimento do processo democrático e fica-se praticamente desarmado para a gestão dos conflitos em base válida».

É aí que estamos hoje. Nada, contudo, que surpreenda o seu cepticismo esclarecido, porque há muito que proclamou que o «laissez-faire» da economia espacial é a «política de ausência de política» — e por isso aqui temos os tempos presentes, aqueles pelos quais lutaram os detentores da subcultura do centralismo e da falta de consciência espacial, que acham que basta um bocadinho de cidadania, mas não a dose toda, para que a democracia funcione. Tempos, aliás, bastante ampliados pela não-cultura dos que, prosélitos de última hora, trataram do assunto em 15 dias e poucas horas, deixando de pousio terrenos que o Doutor António Simões Lopes andou a querer semear desde há bem mais de 20 anos.

E agora resta-nos resistir, vigilantes mas sobretudo incomodados e intranquilos, fazendo nossas as intuições do Doutor António Simões Lopes, quando nos surge tão nítida a imagem de que os tempos que aí vêm, em matéria de consciência espacial, serão muito provavelmente os do casuísmo, esse método tão remunerador para quem é central e é poder, mas tão pobre para quem

conta com o espaço, os territórios, os lugares e as regiões como sujeitos activos, geradores de processos de desenvolvimento fortes. Porventura iremos continuar a viver com as noções do território de quem o vê apenas de cima para baixo, verticalmente, simples receptor fragmentado daquilo que alguém decida atribuir-lhe — será esta uma vida colectiva empobrecida, pois rejeitar-se-á dessa maneira o elemento activo da cidadania, da democracia e do desenvolvimento. Ou, então, a dimensão cultural e ética do funcionamento das economias é resolutamente assumida como valor incortornável e intemporal, para a valorização do espaço e para considerar as pessoas, onde quer que elas estejam.

Seja como for, a Universidade e os universitários que partilham as noções humanistas da vida colectiva que o Doutor António Simões Lopes tem construído conservarão os seus privilégios mais gratificantes e socialmente mais eficazes — os privilégios de insistirem nos valores da identidade, da organização, da mobilização territorial, do desenvolvimento regional e de suporem que isso conta muito para nos qualificarmos como sociedade e como economia.

É porque o nome do Doutor António Simões Lopes está indissociavelmente ligado a tudo isto, Magnífico Reitor, que julgo ter deixado justificado que estamos perante um cientista e um membro ilustre da nossa comunidade universitária, que honra a Universidade de Coimbra. Por isso vos solicito que ordeneis a imposição da láurea doutoral ao Doutor António Simões Lopes.

Jaime Ferreira

Magnífico Reitor Cancelário, Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Excelências e Ilustres Convidados, Sapientísimos Doutores, Estimados Funcionários, Prezados Estudantes, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O sino grande da torre convocou-nos a capelo. Reunimo-nos num espaço onde o simples estar é já um privilégio, a Biblioteca Joanina, e, em solene préstito, encabeçado pelos archeiros e ao ritmo da «orquestra académica», viemos, no respeito pelo que a tradição obriga, sentar-nos nos doutorais da Sala Grande dos Actos.

Estamos a sustentar um ritual multissecular, cheio de evocações «Barrocas», onde a profusão da forma e das fórmulas parecem querer negar o comportamento que é esperado de quem persegue a sabedoria — atitudes austeras e humildes. Não o cremos, todavia, pois em nenhum outro lugar do mundo universitário português, ou de raiz portuguesa, a panóplia de símbolos e gestos é tão autêntica e merecedora de respeito e cumprimento como na Universidade de Coimbra. São setecentos anos de vivência, em que o mérito individual e as forças profundas da sociedade deixaram marcas, quer nas cerimónias, quer nos gestos quotidianos dos servidores assumidos da *Alma Mater Conimbrigensis*.

Houve tempo, nos tempos dos querubins e serafins de talha dourada e de excessivas formas, nos tempos dos «Estatutos Velhos» e mesmo dos «Estatutos Novos», em que a vida universitária obrigava ao cumprimento de um vasto cerimonial, onde os actos e as insígnias eram uma imposição do poder absoluto e majestoso do Rei e de Deus. Se o tempo gerou essa matriz temporal e sagrada, que se manifestava numa profusão de comportamentos e símbolos, o mesmo tempo, gerando equilíbrios e desequilíbrios, se encarregou de os simplificar e de os colocar no âmbito da cidadania, reduzindo-os ao estritamente necessário a um ritual cívico, belo e digno, exercido por uma comunidade racionalista, e que, como tal, se esforça por construir uma concepção do Homem e do





Universo, que permanentemente se estabiliza, para de pronto se questionar. Ao ser repetidamente aceite por esta comunidade, assumido por muitos dos mais generosos e conseguidos cultores do saber e da acção esclarecida, quer da nossa, quer de outras sociedades, o cerimonial da Universidade de Coimbra é continuamente renovado e, por isso, se mantém prospectivo.

Vestir o hábito talar, pôr insígnias e participar nos actos é, pois, enraizar no húmus facundo, na espessura das camadas férteis do passado, o difícil, mas sempre e cada vez mais necessário esforço dos que prosseguem a humanização do presente e, conseqüentemente, do futuro.

Vestir o hábito talar, pôr insígnias e participar nos actos é, como sucede neste instante, um gesto singelo de demonstrar como individual e colectivamente nos sentimos honrados e felizes por alguém, que se distinguiu no campo das matérias que investigamos e ensinamos, vir, nessa qualidade, solicitar à Universidade de Coimbra que o receba entre os seus doutores. É pois, para nós, um «acto de agradecimento» pelos bens espirituais que nos entregou; para o «*Doutorando*» é, estou certo, a forma de publicamente demonstrar que se sente pago com este pouco que lhe damos.

Pelos seus reconhecidos méritos científicos e pelo seu abnegável e profícuo trabalho em prol da sabedoria e da comunidade universitária, como foi o caso da nossa Faculdade de Economia, onde deixou o seu nome indelevelmente marcado no percurso crucial do início desta instituição, cabe, hoje, ao Doutor António Simões Lopes vir, à Sala dos Actos Grandes, responder ao *Quid petis?*

Segundo velha regra, o pedido das insígnias doutorais obriga dois doutores a «*orar a oração laudatoria...*» «*...O que orar no primeiro lugar, relatará mais largamente os louvores e merecimentos do Doutorando...*» Fê-lo, com a justeza e elegância que lhe são inerentes, o meu colega Doutor José Reis. A mim cabe-me a tarefa, igualmente honrosa, mas que me é incómoda, de fazer o elogio do Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, «*Apresentante*» do Doutor António Simões Lopes.

Honrosa, porque fazer o elogio do «*Padrinho*» é, neste caso, abonar a favor de um nome que, pelo seu contributo ao saber universitário, há muito deixou a dimensão da mera identificação pessoal, e que, pela sua entrega à «*missão universidade*», mais se elevou, encontrando-se hoje inscrito na história da Universidade de Coimbra e da Universidade Portuguesa.

Incómoda, porque a obra académica e cívica do Doutor Rui de Alarcão é demasiado importante para poder ser contida num «*elogio*», onde os artifícios de retórica, que se impõem, não são os mais adequados a um discurso de rigor e, por isso, funcionarão como elementos redutores e deformantes... tenho consciência de que melhor será tratado, quando o seu nome for evocado no campo da verdade mitigada que Clio permite aos historiadores!

Incómoda, ainda, porque já outros ilustres doutores, como Maria Alegria, Figueiredo Dias, Avelãs Nunes, Sinda Monteiro, Guilherme de Oliveira, Pinto Monteiro, em cerimónias de atribuição de doutoramento *honoris causa* a outras individualidades eminentes, igualmente «*Acompanhadas*» pelo Doutor Rui de Alarcão, analisaram, com um elevado grau de rigor e verve, que eu não possuo, a sua pessoa e obra. Posto isto, permitam-me o desabafo... que réstia de verdade ou de beleza poderei ainda achar, para dar luz ao meu discurso e me valer?

Já tudo se disse e se repetiu, mas cumpramos a tradição, e mencionemos os inevitáveis lugar e data do seu nascimento (em Coimbra, a 22 de Fevereiro de 1930); da sua licenciatura (na Faculdade de Direito, desta Universidade, em 1952); os passos maiores da sua carreira académica (assistente, doutoramento em Ciência Jurídica, em 1971) e, de seguida, o trilhar do caminho, sempre bem sucedido, que o levou à cátedra de Direito Civil. Os seus méritos científicos e pedagógicos, por bem e sobejamente reconhecidos, não precisam de adjectivação.

Também a não precisam os seus serviços à comunidade universitária, a sua dimensão cívica. Diversas instituições académicas e da *res publica*, reconhecem a excelência com que os prestou e com que a assumiu: é

«*doutor honoris causa*» pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade de Macau; sócio honorário da Associação Académica de Coimbra; medalha de ouro da Universidade de Coimbra; Presidente da Secção Portuguesa da Associação dos Juristas dos Países de Língua Portuguesa; foi membro do Conselho de Estado; é Presidente do Conselho Geral da Fundação das Universidades Portuguesas; foi vogal do Conselho Nacional do Ensino Superior; presidiu ao Conselho de Opinião da Rádio-Televisão Portuguesa; pertenceu à Comissão Constitucional; participou na comissão que elaborou o Código Civil de 1966 e, à que o reviu, em 1977; integrou o Conselho Superior do Ministério Público.

Na vida política do séc. XX português houve três datas, que perdurarão como referenciais de profundas mudanças na nossa sociedade: o 5 de Outubro de 1910, o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974. No ano que se aproxima, passou um quarto de século sobre esta efeméride, ocasião que não deixará de ser aproveitada para, em festa, se fazer uma avaliação do que significou e significa para o nosso «Povo». Por vontade das presidências dos principais órgãos estatais e das organizações políticas com expressão significativa formou-se, recentemente, a Comissão Executiva das Comemorações do Vigésimo Quinto Aniversário do 25 de Abril. É constituída por três cidadãos, que recolheram o consenso dos obreiros do hodierno edifício liberal e democratizante em que vivemos; um deles é o Doutor Rui de Alarcão.

Foram-lhe atribuídas diversas condecorações e distinções honoríficas, nacionais e estrangeiras, como a Grã-Cruz e o Grande Oficialato da Ordem Militar de Cristo, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, a Grã-Cruz e o Grande Oficialato da Ordem do Rio Branco, a Cruz de Grande Oficial da Ordem do Mérito, da Alemanha, o Grande Oficialato da Ordem da Coroa, da Bélgica, o Grande Oficialato da Ordem do Mérito, de Itália... é chanceler das Ordens Honoríficas Portuguesas, as antigas Ordens Militares.

Estes cargos e galardões falam por si, basta serem mencionados, não carecem de

apreciação. Mas o Doutor Rui de Alarcão acaba de concluir uma das suas obras mais meritórias, o reitorado que iniciou em 1982. Vai-se sentindo necessidade de reflectir sobre as ideias e feitos no desempenho de tão importantes funções. Para essa leitura e avaliação, aqui deixo o meu contributo. Elaboro-o não só a partir do estudo de quanto disse e fez, mas também da convivência que em vários trajectos desse percurso me permitiu e da qual colhi uma imagem onde avultam a ousadia do difícil, o tacto político, a fineza de trato e a sageza de saber abordar com humor o que é mais melindroso e pede maior esforço.

Iniciou o reitorado em 9 de Abril de 1982, e terminou-o, dezasseis anos depois, em 29 de Junho de 1998. A viagem ultrapassou em muito a duração dos «*erros de Ulisses*», mas cumpriu-a mantendo uma inteira disponibilidade para enfrentar os diversos e graves riscos inerentes a tal périplo. Esta atitude anunciou-a quando, ao zarpar do seu primeiro porto, se valeu da exortação do poeta — «*o que importa é partir, não o chegar*». Hoje sabemos quando e como chegou. Fez quatro grandes escalas, que foram simultaneamente quatro fases distintas de um só percurso; em cada, teve um programa, escolheu uma equipagem, com eles forçou inércias... e conheceu sucessos e insucessos!

A primeira, que se fechou em 27 de Novembro de 1985, foi a fase a que podemos chamar «*do apaziguamento*». Obteve-o definindo com rigor e cumprindo escrupulosamente princípios orientadores da sua acção como Reitor; o da autonomia; da legalidade; da democraticidade; o da participação e do consenso. Depois de uma longa noite de unanimidade forçada, a do salazar-marcelismo, a nossa Universidade explorava as potencialidades e os desmandos da liberdade que Abril lhe trouxe. Os tempos eram de fervilhar, mas com aquelas linhas de rumo, Rui de Alarcão construiu, sem distensões nem sufocos de criatividade, um espaço de vivência democrática e de tratamento crítico das questões mais urgentes, e por vezes mais incómodas, da nossa sociedade.

A segunda navegação, que se estendeu até 16 de Março de 1990, foi a da aventura da





«*institucionalização*» das concepções que transbordavam das universidades europeias progressivas e que os espíritos mais generosos de outros tempos pensavam que só se realizariam quando, numa indizível manhã, os homens aportassem à ilha de «*nenhures*». A partir do levantamento dos problemas, dos anseios e das potencialidades da comunidade universitária, encetou uma discussão participada e democrática que levou à homologação dos «Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1989».

O tempo já passou por eles e revelou que se vai pondo a necessidade de os rever, mas as suas ideias fundamentais e muitas das suas propostas de concretização ficarão na história da nossa universidade, (nas páginas deste final de século e de milénio, propenso aos arautos do apocalipse e ao derramar da confusão, dor e medo), como uma portentosa afirmação de optimismo, de asseveração de que o sol continuará a iluminar e a aquecer e de que os homens, com a sua luz e calor, procurarão cada vez mais a felicidade no bem-estar colectivo... pode ser que assim não seja, mas isso em nada diminui a enorme dignidade do projecto que assumiu e concretizou!

No mês de Março de 1990, o Doutor Rui de Alarcão anunciou o começo de um «*mandato novo*», e não de um «*novo mandato*». Animavam-no e autorizavam a afirmação os resultados dos esforços que vinha desenvolvendo e que, no quadriénio então iniciado, se iriam traduzir em obras acabadas ou em vias de conclusão — foi o «*mandato da obra feita*».

Em 1991, as comemorações dos Setecentos Anos da criação da Universidade Portuguesa tiveram um cunho nacional e de Estado — mas, a Universidade de Coimbra foi a grande protagonista e beneficiária dessas celebrações.

Em tempo de franca valorização do «*espírito europeu*», a *Alma Mater* soube impor-se e deu o nome a uma rede de universidades, o «*Grupo de Coimbra*», que tem aproximado docentes e discentes de diferentes países, nos domínios da tolerância e do saber, que são inerentes à Universidade e imprescindíveis ao progresso da humanidade.

Ciente de que a Universidade é não só um espaço onde se investiga e ensina, mas é também um lar onde discentes, docentes e funcionários vivem e convivem, o Reitor soube reunir saberes, facultar meios e incentivar criatividades que indiscutivelmente contribuíram para que os nossos «*Serviços de Acção Social*» tenham vindo a construir uma imagem de «*bem-servir*» e até, nalguns casos, de «*excelência*», que muitos consideram ímpar no meio universitário português.

A Universidade de Coimbra estendeu-se em espaço e nos domínios do saber. A Faculdade de Economia ergueu instalações condignas, e deram-se avanços decisivos na concretização do grande anseio que era o Polo II. Foram criadas novas licenciaturas e viabilizou-se a formação de uma nova unidade orgânica... porque o tempo escasseia, não referirei outras realizações que a Universidade lhe deve.

Em Julho de 1994 entrou no último mandato e merece realce o facto de nunca o Doutor Rui de Alarcão se ter deixado esgotar pelas urgências e premências, quer da gestão corrente, quer da execução dos grandes projectos. A sua acção foi sempre resultado de uma profunda meditação sobre o papel da Universidade no tempo de aceleradas e vincadas mudanças, que estávamos a viver. Muito estava a mudar e mudava muito!

Durante o seu reitorado o número de estudantes cresceu acentuadamente (de 11.694 em 1981/2, passou para 20.610 em 1996/7), e a relação sexo feminino/masculino alterou-se, a favor do número das mulheres, a partir de 1985 e a distância tem continuamente aumentado. Estes movimentos notam-se igualmente na evolução do corpo docente e dos funcionários.

Outra grande mudança foi a da introdução massiva da informática na investigação, trabalho pedagógico e administrativo, que no início do seu reitorado era praticamente nula. Embora não possamos precisar as implicações desta transformação, todos nos apercebemos que muito pouco lhe ficará indiferente.

Simultaneamente, a Universidade, que durante séculos fora quase só a de Coimbra, proliferava agora em novas Escolas de Ensino Superior de iniciativa estatal e privada.

Penso que foi a necessidade de compreender esta viragem, para melhor situar e adaptar a nossa Instituição, que levou o Doutor Rui de Alarcão a procurar orientar o seu múnus «*mais no sentido da política universitária que no da gestão universitária*». O ensino, a investigação, a cultura, a cooperação e ligação com a comunidade alimentaram outros tantos projectos, que deixou, uns já em andamento e a darem bons frutos, outros como desafios.

Simultaneamente, talvez devido ao poder estatal se ir distanciando dos anseios e preocupações dos mais generosos servidores da «Universidade do meu estudo de Coimbra», como lhe chamava D. Dinis, talvez devido às actuais elites governativas serem cada vez menos oriundas da *Alma Mater* e mostrarem uma crescente insensibilidade para com o que ela significa interna e externamente e para com os problemas específicos que daí derivam, que em grande parte são responsáveis pelo larvar e inquietante «*mal-estar universitário*» que entre nós se vai instalando, Rui de Alarcão, defendeu a procura de novos rumos para o relacionamento do poder académico com o poder político e, assumindo uma atitude incómoda, afirmou a necessidade de «*democratizar a democracia*».

É mais que certo, que estes pensamentos e as atitudes que tomou no sentido de os concretizar não brotaram de um mal-estar pessoal, muito menos de um imoderado desejo de sobressair, mas são, antes, vectores de uma problemática que, nas suas palavras, «*se afigura ser uma das portas para o porvir*» da Universidade; franqueá-la, será entrar num espaço onde permanentemente se deve valorizar «*uma reflexão de carácter transdisciplinar sobre as correntes de pensamento contemporâneo, as mais recentes descobertas da ciência, os novos problemas no campo da cultura, as grandes questões sócio-políticas, o repensar da democracia como uma atitude ético-cultural e um estilo de vida, individual e colectivo...*»

Encerrou o seu último mandato pelejando por uma «*universidade de cultura*», o seu mais ambicioso e preclaro projecto... muito do que viermos a fazer, há-de ser, tem que ser uma concretização deste anseio...

Magnífico Reitor Cancelário,

Ousado no pensamento e esforçado na obra em prol da universidade, cientista e pedagogo respeitado, o «*Acompanhante*» não carece de panegírico — a sua presença é o seu melhor encómio. Houve, todavia, que cumprir a tradição e esta manda que o segundo orador, em breve discurso, faça o elogio do «*Padrinho*» — porque o fiz, sinto-me extremamente honrado.

Apenas me falta acrescentar que, quer o Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, quer o «*Doutorando*», só pelo que ao longo dos anos fizeram em favor da nossa Faculdade de Economia, lhes sobejam méritos. Por isso solicito que aceiteis esses «*excedentes*» como penhor da justeza do que o «*Apresentante*» Vos propõe, e que mandeis conceder, como acto de agradecimento que lhe devemos e nos honra, a láurea doutoral ao Doutor António Simões Lopes.





Provas Académicas na FEUC

Publicam-se regularmente nesta secção notícias ou resumos dos trabalhos e das teses apresentadas nas provas de Agregação, Doutoramento, Mestrado e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

Teses de Mestrado

Economia Europeia

Comércio Internacional: Regionalismo e Multilateralismo — Complementares *versus* Concorrentes

Ana Maria Pereira Abrunhosa

Nos anos 80 e 90, o interesse pela integração regional reavivou-se, quer nos países desenvolvidos quer nos países em vias de desenvolvimento.

Impulsionado pelo sucesso da União Europeia, pelo desapontamento com o andamento das negociações do *Uruguay Round* e pelo entusiasmo americano com as zonas de comércio livre, o regionalismo floresceu em todo o mundo. Mesmo após a conclusão das negociações do *Uruguay Round* e a criação da Organização Mundial de Comércio, o interesse pelos acordos de integração regional continua muito vivo.

Então como agora coloca-se a questão de o regionalismo entrar em conflito com os objectivos da abordagem multilateral e de poder fragmentar o sistema de comércio mundial em blocos proteccionistas.

O objectivo do presente trabalho é esclarecer e dar algum contributo a este debate que origina acesas discussões nos meios científicos e políticos.

Dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira parte, abordamos alguns aspectos da teoria da integração. Analisamos as consequências imediatas do regionalismo no bem-estar económico dos países participantes e do mundo, no âmbito da Teoria das Uniões Aduaneiras. Procuramos igualmente expor os argumentos que, na década de 60 e 70, tentaram justificar a razão económica da constituição de uniões aduaneiras.

Na segunda parte, debatemos a questão sobre se os acordos de integração regional são complementares ou concorrentes com o multilateralismo no sistema de comércio internacional. Para tentar dar uma resposta ao debate que conduziu a este trabalho, analisamos, através do confronto das

perspectivas dos regionalistas e multilateralistas, os efeitos estáticos e dinâmicos dos acordos de integração regional.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1998.

A Fiscalidade da Poupança e dos Produtos Financeiros das Famílias na União Europeia e na OCDE: considerações de eficiência e concorrência fiscal (uma aplicação à economia portuguesa)

Victor Manuel Relvão Caetano

O trabalho aborda os problemas de equidade, eficiência e competitividade fiscal originados pela aplicação dos impostos aos produtos e instrumentos financeiros detidos pelas famílias, tendo em conta a realidade das economias industrializadas.

A necessidade de promover o desenvolvimento dos mercados de capitais e o aumento da poupança doméstica tem conduzido os Estados modernos a violarem sistematicamente as concepções de justiça tributária dominantes (as quais apelam ao imposto único e progressivo e à tributação do *rendimento-acrécimo*) e a introduzir distorções na afectação dos fluxos de capitais à escala mundial.

Tais violações consistem, sobretudo, na tributação de certos rendimentos do aforro a taxas liberatórias, do tratamento preferencial dos ganhos de capital e dos benefícios e isenções fiscais.

No plano da eficiência económica, o «modelo» seguido pelos Estados industrializados padece de importantes contradições, pois, por um lado, ao mesmo tempo que se procurou aliviar a carga fiscal de produtos financeiros específicos, pretendendo, assim, estimular o aforro privado, contribuiu-se para um aumento significativo do peso dos impostos no produto interno, situação que poderá ter tido efeitos adversos sobre a taxa de poupança do sector privado. Em paralelo, a tentativa dos Estados de contrariarem o declínio da taxa de poupança privada e nacional tem sido travada pelo descontrolo das contas públicas, cuja evolução nas últimas décadas faz do sector público um responsável importante pelo declínio da poupança nacional nos países da OCDE.

Tendo em conta esta última realidade, defendemos a promoção da poupança nacional através de um esforço suplementar no sector da poupança pública, ao invés do incremento das medidas de incentivo fiscal à





poupança das famílias. A via a seguir deve, sobretudo, traduzir um maior rigor orçamental através de cortes na despesa, em vez de estimular o aumento da receita fiscal, atendendo ao peso excessivo dos impostos nas economias industrializadas e aos seus efeitos adversos sobre a actividade económica e emprego.

Situando-nos no quadro das trocas internacionais de capitais, demonstra-se como os fluxos internacionais de capitais são afectados (distorcidos) pelos impostos, recorrendo-se para tal à apresentação de resultados obtidos pela aplicação do método de King-Fullerton aos países da OCDE. Na União Europeia, após a adesão ao Euro e mantendo-se as actuais diferenças de fiscalidade entre os Estados-membros, correm-se sérios riscos de se provocarem distorções importantes nos fluxos de capitais intracomunitários, prejudicando a receita fiscal dos Estados e a criação de emprego.

Consideramos que tais riscos não poderão ser removidos com medidas que se destinem somente a harmonizar a tributação dos juros da poupança e a melhorar a cooperação entre as autoridades fiscais nacionais. Defendemos, face à falta de regulação comunitária em matéria de incentivos fiscais à poupança (a residentes e a não residentes), que se adopte um código de conduta que torne mais transparente a concessão deste tipo de incentivos por parte dos EM. Esta nossa ideia ganha relevo acrescido à luz dos resultados dos nossos cálculos que demonstram que a percentagem de despesa fiscal consagrada a este tipo de incentivos é muito variável entre os Estados, aumentando, assim, a possibilidade de os EM utilizarem os orçamentos nacionais para distorcerem os fluxos internacionais de poupança, pondo em causa a livre circulação de capitais no interior da União.

A aplicação aos produtos financeiros portugueses do método King-Fullerton, na versão adaptada pela OCDE (MOCDE), permitiu-nos efectuar um teste à equidade e à neutralidade do sistema de impostos incidente sobre os produtos financeiros tradicionais detidos pelas famílias portuguesas. Os nossos resultados parecem demonstrar que o sistema

fiscal português tende a distorcer as decisões dos aforradores individuais, pois distribui de forma muito desigual a carga fiscal entre os diferentes produtos financeiros detidos pelas famílias, a qual não é independente dos movimentos do nível geral de preços.

Para além de se mostrar que o sistema fiscal português discrimina acentuadamente contra certos activos financeiros particulares, mostra-se, ainda, atendendo, sobretudo, às modalidades de incentivos fiscais actualmente em vigor e à tributação particular de certos rendimentos, que o sistema fiscal português tende a discriminar os titulares de baixos rendimentos e os investidores em activos de rendimento fixo ou que produzem juros, em detrimento dos investidores em produtos de capitalização e (ou) de rendimento variável.

Os resultados obtidos dão suporte à maioria das recomendações do Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. Deve, todavia, considerando mercados globais e interdependentes, e sob pena de se introduzirem novas distorções nas decisões de aplicação da poupança das famílias portuguesas, para além de se potenciarem sérias perturbações no funcionamento do mercado financeiro e de capitais nacional, defender-se algum gradualismo e uma maior neutralidade nas propostas de reforma dirigidas à fiscalidade dos valores mobiliários (acções, obrigações e fundos).

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 26 de Junho de 1998.

Economia Financeira**A Eficiência e a Rede de Balcões no Sector Bancário — uma aplicação à região autónoma da Madeira****Conceição lida da Silva Gomes**

A eficiência de um banco é um conceito largamente discutido sob diversos pontos de vista. Como a concorrência é cada vez mais uma realidade, é interessante saber quando é que um banco é eficiente, nomeadamente se a eficiência depende do número de balcões. Confrontam-se diversas opiniões, que variam com o país, o tipo de mercado e o estado do mercado em questão (em equilíbrio, saturado ou insuficiente). Daí a importância do estudo do modelo que determina quais as variáveis que influenciam o número de balcões num determinado mercado, bem como do modelo das estratégias de localização dos bancos.

Devido à insularidade e à dependência da actividade turística, questionámos se o processo seria o mesmo na Região Autónoma da Madeira. Um outro aspecto fundamental, diz respeito ao grande crescimento de balcões que se tem feito sentir no mercado madeirense. Assim, o estudo da rede bancária madeirense tornou-se o objectivo fundamental do nosso trabalho que se desenvolve ao longo de quatro capítulos.

Depois da aplicação econométrica dos modelos estudados à Região Autónoma da Madeira, verificámos que apesar das características peculiares da ilha, na generalidade, as variáveis que determinam o número de balcões em cada concelho mantêm-se comparativamente ao estudo já realizado para Portugal. Também observámos que, em 1992 e 1995, oito e seis dos seus onze concelhos se encontravam em equilíbrio, respectivamente. As estratégias bancárias de localização aplicadas na Região Autónoma da Madeira são diferentes das que foram implementadas no Continente.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16 de Abril de 1998.

Sistemas de Pagamentos Electrónicos — o cartão de débito em Portugal.**Alexandra Isabel Marques Rodrigues**

A internacionalização das economias e o desenvolvimento das relações mercantis e da actividade bancária criaram a necessidade de novos instrumentos electrónicos que simplificassem as operações de pagamento. As últimas cinco décadas foram particularmente ricas no desenvolvimento de produtos financeiros, interessando-nos em especial os que envolveram o consumidor final, e mais concretamente o cartão de débito.

Este trabalho procura mostrar o valor potencial do cartão de débito, quer pela utilização prática que proporciona nas caixas automáticas, possibilitando o levantamento de quantias monetárias, o pagamento de serviços ou a execução de transferências interbancárias, quer junto dos comerciantes que possuam os terminais adequados, permitindo o pagamento de bens e serviços.

Numa primeira parte apresentam-se as condições históricas e económicas que envolveram o desenvolvimento deste importante instrumento de pagamento, reflectindo-se, em seguida, sobre algumas problemáticas envolvidas, como o preço, a tecnologia, os custos ou a segurança. Na segunda parte realiza-se um estudo empírico sobre o cartão de débito em Portugal, começando por analisar as especificidades do desenvolvimento deste instrumento na economia portuguesa, e concluindo com uma abordagem econométrica que procura conhecer alguns dos factores que condicionam a distribuição espacial da utilização do cartão de débito.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 20 de Abril de 1998.





O Turismo e a Política Cambial em Portugal: A influência das taxas de câmbio na procura turística externa de Portugal

Maria Celeste de Aguiar Eusébio

A presente dissertação visa evidenciar o papel que a Política Cambial tem tido no desenvolvimento do turismo português. Para o efeito apresenta-se, inicialmente, uma caracterização global do fenómeno turístico, seguindo-se uma análise do turismo em Portugal, analisando com mais pormenor a procura turística externa do País.

Prossegue-se com uma abordagem das principais determinantes da procura turística externa, atribuindo maior relevo às determinantes económicas. Em seguida, uma vez que a taxa de câmbio é uma das potenciais determinantes da procura turística externa de Portugal, analisam-se algumas temáticas relacionadas com a Política Cambial.

Por fim, apresenta-se um estudo econométrico, com vista a determinar o efeito que as taxas de câmbio bilaterais reais, entre o escudo e as divisas dos principais países emissores de turistas, têm na procura turística de Portugal, em termos de número de turistas que entram nas fronteiras, estadia média e em termos de receitas cambiais.

Em termos globais, verificou-se que o turismo tem reflexos da realidade social, política e económica dos países emissores e receptores de turistas. A atestar este facto salienta-se que os resultados apresentados nesta dissertação permitem verificar que foi nos períodos em que existiu uma maior instabilidade que o turismo atravessou maiores dificuldades. Além disso, os resultados obtidos no estudo econométrico sugerem que a taxa de câmbio é uma forte determinante da procura turística externa de Portugal.

Verificou-se, igualmente, que o efeito das taxas de câmbio varia de acordo com o mercado emissor e segundo a variável representativa da procura turística. Assim, enquanto que esta determinante tem um peso significativo na procura de Portugal por parte dos turistas holandeses, alemães, franceses e britânicos, ela demonstra não ter qualquer

efeito na procura por parte dos turistas japoneses. Além disso, os resultados também sugerem que esta variável tem um maior impacto nas receitas turísticas, do que no número de turistas que entram nas fronteiras portuguesas. Por sua vez, é a permanência média dos turistas que evidencia ter menor reflexos das alterações cambiais.

Por fim, salienta-se apenas o facto de que a partir do momento que Portugal entrar na Moeda Única, os responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, deixam de contar com a Política Cambial para melhorar a atractividade económica do País. Assim, o percurso futuro desta actividade dependerá, parcialmente, da forma como os responsáveis pelo seu desenvolvimento conseguirem ultrapassar este desafio.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 11 de Maio de 1998.

Privatizações: Objectivos e Modalidades — uma abordagem centrada no caso português

Maria Rita Vieira Martins

No início da década de oitenta o mundo testemunhou uma inversão na tendência de intervencionismo estatal na economia. Desde então, as privatizações têm sido acolhidas em diferentes contextos e por países governados por ideologias políticas distintas.

As justificações para as privatizações encontram tradução nos objectivos que as mesmas procuram concretizar. Desde a promoção da eficiência até à dispersão da propriedade, passando pelo impacto positivo sobre as finanças públicas, entre outros, vasto é o leque de objectivos associados ao processo de privatização.

Neste trabalho procurámos estudar os objectivos das privatizações em Portugal, comparando-os com os prosseguidos por outros países que desenvolveram processos de privatização. De seguida, propusemo-nos analisar de que forma é que as modalidades de privatização contribuem para a sua concretização.

Face à incompatibilidade entre certos objectivos, a selecção das modalidades, apesar de se revelar uma decisão fundamental, não é uma tarefa simples. Porém, a combinação de modalidades no seio de uma mesma operação, ou a utilização alternada das modalidades em fases sucessivas de privatização, permitem ultrapassar aquele problema.

Atendendo aos objectivos definidos pelo processo de privatizações em Portugal, procurámos igualmente avaliar a contribuição deste para a concretização dos mesmos, tendo presente, contudo, que se trata de um processo inacabado.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 15 de Maio de 1998.

Economia Industrial

A Problemática da Normalização — uma abordagem à luz das implicações nos domínios industriais, tecnológicos e concorrenciais.

António Carlos Fernandes Teixeira

Partindo da construção do conceito de norma técnica — salientando a sua dimensão técnica, jurídica e económica — conferimos-lhe um papel distinto face ao que considerámos figuras afins, justificando essa diferenciação nas suas propriedades de bem público e na sua elaboração colectiva no seio dos organismos de normalização.

Fundado neste pressuposto, o objectivo do trabalho centra-se no estudo das implicações da normalização nos domínios industriais, concorrenciais e tecnológicos. O cruzamento destes diferentes domínios económicos deve-se à natureza de bem público da norma, à sua dimensão de vector de informação e ao papel de elemento de redução das variedades disponíveis. Nesta medida, entendemos a norma como um elemento organizador da técnica, um elemento de coordenação das actividades económicas entre os agentes e um elemento estruturante das interdependências técnico-concorrenciais.

Enquanto elemento organizador da técnica, a norma contribui para a construção de um espaço comum, favorecendo a coordenação dos elementos que compõem a tecnologia, a partir do qual se desenvolvem as tecnologias genéricas e aplicadas. Como elemento de coordenação entre os agentes económicos, a normalização — conjuntamente com o processo de certificação — presta-se a uma elevação da qualidade média proposta no mercado, reduz os custos de transacção e minimiza os efeitos de selecção adversa. Porque é fruto de um processo de negociação que possibilitará, por um lado, a compatibilidade dos objectivos tecnológicos — condição para uma utilização mais eficiente das técnicas disponíveis — e, por outro, um certo compromisso nos objectivos industriais dos agentes — defesa de posições de concorrenciais, conservação de quotas de mercado — a norma é um elemento estruturante das relações técnico-concorrenciais.





É esta conjugação de funções que permite considerar a normalização como um elemento estratégico das economias modernas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1998

Economia Aplicada

Crescimento Económico e Repartição Funcional do Rendimento — Assimetria na Repartição e o Crescimento Europeu das Duas Últimas Décadas

Fernando Manuel de Almeida Alexandre

O objectivo desta dissertação é relevar a actual pertinência das relações entre a evolução da repartição funcional do rendimento e as baixas taxas de crescimento registadas na Europa, desde o início dos anos oitenta. Assim, concentramos a nossa atenção no movimento da proporção dos salários e dos lucros no rendimento e nas taxas de crescimento registadas na Europa, desde o pós-guerra, dando especial atenção no período que se iniciou no final dos anos setenta, e procuramos identificar alguns pontos de ligação entre eles. A relação entre a distribuição funcional do rendimento e as baixas taxas de crescimento registadas na Europa é feita no quadro das teorias do crescimento endógeno, a partir das quais se conclui da importância do investimento para a taxa de crescimento de longo prazo das economias. Aceitando esta conclusão, estabelecemos uma relação entre a repartição do rendimento e o crescimento, a partir da importância da primeira na determinação das taxas de investimento.

A crise de crescimento que se verifica na Europa, desde o final da década de setenta, e que foi, a partir de determinada altura, atribuída a uma alteração na repartição do rendimento desfavorável nos lucros, motivou uma nova direcção da política económica com o objectivo de restabelecer a remuneração do capital para os seus valores mais elevados, atingidos durante a década de cinquenta, de modo a repor as elevadas taxas de investimento. No entanto, apesar de no final dos anos oitenta, essa recuperação se ter consumado na maioria dos países europeus, em países como, por exemplo, a França, a taxa média de crescimento, na primeira metade da década de noventa, foi 1,5%, enquanto o desemprego atingia os seus valores mais elevados desde a década de trinta. Assim, concluímos que a crise de crescimento que verifica na Europa poderá ter na sua origem uma inadequada repartição do

rendimento, mas porque os salários se encontram deprimidos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Julho de 1998

Mestrado em Sociologia

Média, Informática e Ciberespaço na emergência de uma nova ordem global

Elsa Margarida da Silva Rodrigues Augusto

A linguagem fornece ao Homem o poder de pensar, de partilhar e conservar informações e de modelar/criar/recriar a realidade, em suma, o poder do verbo. Agora, porém, o Homem possui um poder maior. O verbo evoluiu para *data*, imagem e virtualidade. A comunicação e a manipulação de informação tornaram-se a grande marca deste final de século.

A evolução paralela dos media e da informática transformaram, principalmente a partir da década de sessenta, o panorama social, político e económico, conduzindo a novos modos de pensar a realidade. A este primeiro momento da «era da informação» segue-se um segundo, já na década de oitenta, de consolidação dos media e da informática e de fusão destes dois fenómenos numa nova realidade: o ciberespaço. Este segundo momento, que é o actual, pode ser o momento embrionário de uma nova ordem (social, económica e política) cujas características distintivas passarão (directa ou indirectamente) pela anulação das limitações espaço-temporais até agora inerentes à comunicação. Esta nova ordem (que representará uma superação da pós-modernidade) caracterizar-se-ia pela coabitação crescente entre global/local e individual.

O indivíduo possui um novo poder, deixando de ser mero receptáculo de uma informação verticalmente difundida, mas podendo escolher, manipular e comunicar ele próprio. O ciberespaço fornece-lhe ferramentas para definir a sua vida social e cultural sem limites espaciais e temporais, e para construir, ludicamente, a(s) sua(s) identidade(s). O recurso às metáforas de comunidade, polis, ágora, navegação e conquista, bem como a caracterização do ciberespaço como mundo de ideias e do sujeito como mente desincorporada, podem significar um novo renascimento da civilização ocidental. No entanto esta nova ordem, indissociavelmente tecnológica, social, política e cultural, poderá ter profundas consequências para as entidades que têm servido para balizar o





espaço social e político global que a modernidade criou e a pós-modernidade viu entrar em crise. A primeira dessas entidades poderá ser o Estado-Nação.

Construído partindo destes pressupostos, este trabalho consiste numa análise extensiva e não intensiva. Nele poderemos encontrar uma pluralidade de questões que se entrecruzam e interligam de um modo quase tão caótico como se encontram na realidade. Reflexões sobre o imperialismo cultural, vigilância electrónica, legislação sobre protecção e dados, interface gráfico, ficção científica, comunidades virtuais e crise do Estado-Nação poderão encontrar-se como parcelas de uma realidade plural.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 15 de Janeiro de 1998.

Políticas de Saúde Portuguesas 1940-1990: Consolidação de um novo Regime de Poder entre a Intenção da Mudança e os Limites da Continuidade

Maria Paula Fernandes Page

A decomposição do título da tese traduz a ideia central da mesma: 1) Políticas de Saúde Portuguesas 1940 — 1990, implicou o recuar no tempo para poder apanhar um espaço temporal suficientemente longo, de forma a permitir tornar inteligível o actual sistema de saúde; 2) Um Novo Regime de Poder, procurou seguir e integrar uma das correntes sociológicas mais recentes quanto à análise dos sistemas de saúde internacionais, apontando novas formas de poder que emergem na actualidade e em que, ao nível da saúde, tem particular relevância a chamada «Nova Saúde Pública»; e finalmente, 3) Entre Intenção da Mudança e os Limites da Continuidade, representou a ideia central da tese face às políticas de saúde nacionais ou seja, a dissipação da ideia de mudança face aos limites da continuidade através da reconstrução dessas mesmas políticas, num espaço suficientemente longo.

A tese é constituída por três grandes blocos que decorrem do seu título. O primeiro bloco — A Construção de um Objecto — procura constituir um objecto de trabalho e explicitar a posição sociológica da qual se partiu, no intuito de clarificar o mais possível quais os códigos e registos utilizados. O segundo bloco — Políticas de Saúde em Portugal 1940 — 1990 — apresenta uma descrição periodizada do sistema de saúde português relativamente aos últimos cinquenta anos, embora em alguns aspectos houvesse a necessidade de recuar até aos anos 20, para entender onde e como o sistema que temos foi forjado. Só assim, foi possível encontrar elos de continuidade que, no início, apenas suspeitámos existirem. Verifica-se aqui, ainda, a preocupação de fazer a ponte com o primeiro bloco para projectar a saúde claramente para a esfera política. Finalmente, o terceiro bloco — A Consolidação de um Novo Regime de Poder — encerra a ideia de que a continuidade verificada nas políticas de saúde nacionais, foi fortemente influenciada por determinantes internacionais, permitindo assim a consolidação do novo regime de

poder. Esta terceira parte é eventualmente a parte mais criativa e, por isso, também a mais arriscada.

O trabalho realizado em torno da sempre existente dicotomia entre os hospitais e os centros de saúde não se reduziu apenas a identificação e descrição mas deu origem a uma sucessão de representações gráficas que representam, eventualmente, uma das componentes mais inovadoras da globalidade da tese. A questão da população e do corpo ou seja, do colectivo e do individual, cuja mais perfeita articulação está situada nos actuais Centros de Saúde que — verdadeiros instrumentos de exercício de poder sobre as duas entidades — integram uma outra dicotomização que coloca em pólos opostos a população e o indivíduo, através da sua orgânica.

Foram cinco as descobertas feitas com esta tese:

1) Tendo recuado aos anos 20, pudemos constatar que a chamada «assistência», onde naturalmente se incluía a saúde, foi integrada no Ministério do Interior, em 1927 e aí permaneceu até 1958. Trata-se de um Ministério que, para além da assistência, era responsável pelas forças militarizadas e policiais.

2) Sendo verdade que a estrutura básica do sistema de saúde actual foi constituída até aos finais dos anos 40, então temos um sistema de saúde forjado durante o regime do Estado Novo, no âmbito do Ministério de Interior, juntamente com as organizações coercivas que se ocupavam da vigilância e segurança interna. O sistema resultante destas circunstâncias permite encontrar múltiplos paralelismos entre os anos 40 e 90.

3) A chamada Medicina Social e os princípios da assistência social encontram-se onde menos esperávamos encontrá-los — num diploma legal de 1941 que visava a Reforma da Psiquiatria. Todo o seu conteúdo é retomado a partir dos anos 70, perdurando até ao presente.

4) Os Hospitais e os Centros de Saúde efectuaram percursos sempre paralelos que nunca se cruzaram na essência e a dicotomia que hoje nos preocupa e leva a discussões

intermináveis — nos anos 80 sobre a «articulação de cuidados» e nos finais dos anos 90 sobre «cuidados continuados» — vem de 1941 e a formulação dessa dicotomia vem de 1945, quando foram criadas as Direcções - Gerais da Assistência e da Saúde.

5) o hospital que representa a estrutura mais visível do sistema nunca foi alvo de produção de legislação específica, senão já recentemente com a Lei da Gestão Hospitalar que permitiu politizar as hierarquias. Toda a vasta produção legislativa produzida, em Portugal, no âmbito da saúde, no espaço de tempo analisado foi sempre virada para a Saúde Pública, o sector que hoje tem menos visibilidade e emerge como o sector mais fragilizado do sistema. Existe aqui nitidamente uma ilusão de óptica que ofusca o poder da chamada Nova Saúde Pública emergente e os novos regimes de poder que surgem a partir dela.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 22 de Junho de 1998.





A Segunda Geração e o Regresso: A Geografia do Actor de Fronteira

Sofia Isabel Coelho Afonso

A configuração do objecto de estudo teve por base a preocupação de reunir duas dimensões analíticas — *Segunda Geração e Regresso* que não têm merecido espaço autónomo de investigação. As escolhas que conduziram à criação do objecto de análise foram: uma escolha de proveniência geográfica única: França; e uma escolha do público específico: jovens que tenham regressado e que actualmente sejam estudantes universitários.

Este trabalho divide-se em três capítulos. No Capítulo I, para além de apresentar a metodologia adoptada e a contextualização internacional, pretende-se otimizar os conceitos operativos escolhidos para este trabalho: demonstrar, numa primeira fase, que o conceito de Segunda Geração é de factor operativo, dado que é precisamente graças à sua inscrição no percurso migratório, que esta população tem rosto. Este conceito de «inscrição», permite-nos evidenciar, não o fatalismo, o *cantonamento* social e cultural comumente associado a esta população, mas que é o contexto de imigração dos pais que define a sua acção cultural, social e política na sociedade na qual está inserido. É este meio ambiente social que cria em regime de desfocagem cultural e social no exercício da integração esta população em actor «híbrido», potencializando, muitas vezes sem ter essa consciência, uma maior liberdade de escolha vivencial. Em segundo lugar, estudar o regresso ao país permite proceder à distinção dos vários regressos, pondo fim, assim, à visão do regresso como categoria singular.

No Capítulo II, as questões sobre a intergeracionalidade identitária e o regresso (motivações, regimes, implicações, qualidade identitária do regresso vivido) constituem este capítulo: a que motivos responde este regresso? O que leva Portugal a ser considerado como país a médio/ou longo prazo, temporário ou definitivo de projecto, de vida? Uma geração maioritariamente nascida no país de acolhimento dos pais, que lhes é natural, potencialmente a sua nação, estará,

ao escolher o país de origem, à procura de uma identidade, de uma integração plena, de um determinado *status* social? Será que mesmo nessa condição, o estatuto de estrangeiro ainda prevalece na relação entre a sociedade e o indivíduo? E em que medida é assimilado e vivido.

No Capítulo III, é num contexto de multiterritorialidade cultural que se move este actor político — Segunda Geração — contexto regido pela complexidade, pela pluralidade, transformando-se na sua primeira condição social. Trata-se de equacionar as relações que se estabelecem entre este actor e os contextos (da nacionalidade, que remete directamente para a cidadania, do contexto escolar, ou a nível diferente, mas não menos importante, do contexto linguístico) instrumentalizados pela norma unitária e singular, de forma a criar ordem, unidade, coesão. Contextos que definem a fronteira, a margem e/ou a inclusão. Estes mesmos contextos que «hoje» atravessam uma crise, mais visível, de legitimidade, que produziram e produzem o Outro a sua marginalização, precisam hoje da sua participação para redefinir uma outra legitimidade societal, uma nova cidadania, projectando assim, uma cidadania «utópica».

A opção analítica centrou-se na elaboração de um trabalho qualitativo em que prioritariamente se tentou recolher via entrevista — uma interpretação individual dos sujeitos sobre o seu próprio trajecto no percurso migratório, de forma a «explicar» a decisão de regressar (familiar ou individualmente). Embora se tenha aberto o grupo ao regresso familiar, alguma prioridade recaiu, sem ser absoluta, no regresso individual, dado o seu carácter «inovador». O grupo inquirido, durante o ano de 1996, é constituído por 26 estudantes da Universidade do Minho.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2 de Julho de 1998.

Gestão da Informação nas Organizações

Modelos de Crescimento Populacional — Realidade Viva versus Abstracção Matemática

Maria Isabel Franco Pinheiro Barreto

A *Phoracantha semipunctata*, vulgarmente conhecida por «broca do eucalipto», causa, anualmente, vastos prejuízos económicos nas principais regiões produtoras de eucalipto a nível mundial. Portugal encontra-se entre os países afectados por estes insectos, situando-se a maior incidência no Sul e Centro Interior.

Actualmente a luta contra a *Phoracantha semipunctata* ainda não é eficaz dado que as medidas disponíveis actuam apenas ligeiramente sobre os níveis populacionais, não impedindo a sua disseminação. Por outro lado, dadas as condicionantes impostas pela bioecologia da espécie, não é possível atingir o seu controlo através do combate directo.

Neste contexto, os inimigos naturais da *Phoracantha semipunctata* desempenham um papel de relevo, assumindo particular importância — entre os insectos — os parasitóides dos estádios imaturos.

A *Avetianella longoi* é um parasitóide dos ovos da *Phoracantha semipunctata* descoberto muito recentemente (1991), sendo a sua utilização em programas de gestão integrada da praga, objecto de estudo de vários grupos de investigação.

O principal objectivo desta dissertação era construir um modelo matemático que descrevesse, de forma tão real quanto possível, as relações existentes entre estes dois insectos, a *Phoracantha semipunctata* e a *Avetianella longoi*.

Com essa finalidade estruturámos este estudo em quatro capítulos dos quais o primeiro é uma breve introdução.

No segundo capítulo apresentámos algumas definições e conceitos que nos são indispensáveis para o estudo subsequente.

No terceiro capítulo fizemos o estudo de alguns modelos de crescimento populacional. O modelo presa — predador, modelo que descreve a evolução de duas populações que interagem entre si resultando de tal interacção benefícios para uma e prejuízos para outra; o

modelo de competição, baseado no anterior mas onde nenhuma das populações é dominada e de um caso particular deste modelo — caso em que as duas populações têm a mesma taxa de crescimento natural, o mesmo coeficiente de interacção intraespecífica mas onde uma das populações é mais forte do que a outra; e um modelo de competição onde introduzimos um factor de perturbação provocado pela existência de um predador comum às duas espécies.

No último capítulo propusemos um modelo matemático para descrever as relações existentes entre a *Phoracantha semipunctata* e a *Avetianella longoi*, parasitóide dos ovos da primeira.

No nosso modelo optámos por considerar a *Avetianella longoi* como predador (dos ovos) e a *Phoracantha semipunctata* como presa e, o modelo que descreve a evolução conjunta destas duas populações semelhante ao modelo que descreve a dinâmica das interacções presa — predador. Estudámos o comportamento (nomeadamente questões de estabilidade) das equações escolhidas.

Finalizámos este capítulo apresentando alguns dos resultados obtidos nas várias simulações que efectuámos. Constatámos que pequenas variações na taxa de crescimento natural da *Phoracantha semipunctata* não influenciam significativamente a evolução conjunta das duas populações o mesmo já não acontecendo quando essas variações se verificam na eficácia da *Avetianella longoi*.

Os resultados obtidos levam-nos a concluir que a introdução da *Avetianella longoi* em florestas contaminadas pela *Phoracantha semipunctata* tem um grande impacto sobre esta população, reduzindo consideravelmente os seus níveis populacionais.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 25 de Março de 1998.





Valores Singulares — Algumas considerações sobre a sua utilidade do ponto de vista estético, científico e tecnológico

Maria Manuela Vivaldo Peres de Almeida dos Santos Silva

A decomposição em valores singulares, S. V. D. — ou seja, a factorização de uma matriz $A \in \mathbb{Q}_{m,n}(\mathbb{C})$ num produto $U\Sigma V^*$ sendo U e V matrizes unitárias e Σ uma matriz diagonal —, desempenha um papel importante na Álgebra Linear Numérica. Além disso, esta decomposição tem inúmeras aplicações. Nomeadamente:

1. na solução de problemas lineares de mínimos quadrados;
2. na resolução de sistemas de equações lineares com restrições de igualdade;
3. na resolução de sistemas lineares homogéneos;
4. no cálculo de inversas generalizadas, como por exemplo a inversa de Moore-Penrose;
5. na pesquisa de dependência linear ou quase dependência entre colunas ou linhas de uma matriz;
6. na aproximação de uma matriz por outra de característica inferior;
7. na resolução de alguns problemas de controlo óptimo para sistemas descritor.

Recentemente a área de aplicação da decomposição em valores singulares tem sido cada vez mais alargada não se restringindo somente à Álgebra Linear e Análise Numérica. Assim, temos vindo a constatar as inúmeras utilizações da referida decomposição em questões relacionadas com processamento de sinal e imagem, inteligência artificial, teoria de redes eléctricas e em engenharia biomédica.

Com esta dissertação pretendemos evidenciar o papel que os valores singulares desempenham na resolução de problemas no âmbito da Álgebra Linear Numérica bem como na área da identificação e processamento de sinal. Por outro lado propusemo-nos estudar vários aspectos relacionados com blocos-valores singulares de matrizes de blocos com o intuito de, futuramente, generalizar um conjunto de métodos e algoritmos escalares

(considerados aceitáveis do ponto de vista numérico) e obter outros adequados à resolução de problemas construídos no contexto da já usualmente chamada Álgebra de Blocos.

Assim, na introdução, apresentamos de modo muito sucinto a evolução da teoria sobre a decomposição de valores singulares focando alguns contributos fundamentais. O primeiro capítulo é dedicado ao estudo da decomposição em valores singulares para matrizes reais, focando, ainda, duas generalizações e apresentando um resultado original para matrizes companheiras de blocos. Consideramos o segundo capítulo, destinado ao estudo de matrizes de blocos como uma porta aberta a trabalho futuro, chamando no entanto a atenção para a inovação de alguns conceitos e resultados apresentados que julgamos vir a ser úteis em investigação posterior. Finalmente, no último capítulo deste trabalho, apresentámos uma aplicação da decomposição em valores singulares na área da identificação e processamento de sinal. Mais concretamente, mostrámos que a decomposição em valores singulares da matriz cujos elementos são as diferenças de potencial captadas pelos eléctrodos cutâneos colocados no tórax e abdómen maternos, permite obter o electrocardiograma fetal.

Salientamos por fim que, são inúmeras as vantagens da obtenção da actividade eléctrica do coração do feto no campo da Medicina: nomeadamente, no diagnóstico precoce de doenças cardiovasculares fetais, na quantificação dos movimentos fetais e na determinação dos intervalos de tempo sistólicos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2 de Abril de 1998.

A utilização da Teoria da Utilidade Esperada em ambientes de decisão industrial

Belmiro Pereira Mota Duarte

Esta tese debruça-se sobre as metodologias usadas no contexto da decisão face a problemas complexos, caracterizados por múltiplos objectivos conflituosos entre si. A metodologia utilizada foi a Teoria da Utilidade Esperada, tipicamente um método que envolve a agregação dos objectivos numa função linear. A parametrização de tal função é efectuada com base em entrevistas a decisores, tendo antes garantido a sua independência perante o conjunto de objectivos em causa. No contexto do estudo da Teoria da Utilidade Esperada foram analisados os teoremas representacionais aditivos, multiplicativos, paramétricos, baseados em hipercubos fraccionais e não lineares, bem como as condições de independência necessárias à validação de cada um. Foram analisados os métodos de calibração das funções utilidade, tendo-se dado especial destaque à sua calibração com base na atitude do decisor face ao risco. Com o intuito de avaliar a adequação da Teoria da Utilidade Esperada no âmbito da resolução de problemas de decisão marcadamente complexos, foram analisadas as críticas fundamentais a tal metodologia e apresentadas alternativas baseadas na racionalidade limitada proposta por Herbert Simon e na teoria SP/A proposta por Lola Lopes. A Teoria da Utilidade Esperada foi aplicada à resolução de um problema industrial concreto: «que alternativa tecnológica implementar para tratar lamas industriais?». A metodologia de abordagem deste problema foi tipicamente construtivista, tendo-se inicialmente efectuado a sua estruturação quanto a objectivos, alternativas e critérios, após o que se verificou a independência dos decisores face aos objectivos, se validou a utilização de um teorema representacional aditivo para a utilidade e se efectuou a sua calibração. A calibração foi feita com base em entrevistas a agentes de decisão de uma instalação industrial que enfrenta o problema tratado. Este tipo de tratamento permitiu avaliar qual a solução tecnológica mais adequada pelo

cálculo da utilidade de cada alternativa, após o que foi analisada a sensibilidade da solução óptima.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 de Abril de 1998.





**Apoio a Processos de Avaliação e
Seleção de Projectos — Metodologia,
Orientações e Incorporação num Sistema
de Apoio à Decisão (AGAP)**

António Ricardo Morgado Afonso

O objectivo principal deste trabalho enquadra-se no âmbito do desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão de grupo (SADG) orientado para processos de avaliação e selecção de projectos em que as actividades são empreendidas por um grupo de decisão — o sistema AGAP (Apoio a Grupos de Análise e Avaliação de Projectos).

Antes de caracterizar o sistema propriamente dito, procura-se, numa primeira parte, identificar e abordar alguns conceitos, aspectos e métodos relacionados com os processos de avaliação e selecção de projectos. Ao nível dos métodos descrevem-se, com maior nível de detalhe, os principais métodos financeiros e métodos de análise de risco que a literatura actual considera relevantes, por serem teoricamente justificados e/ou por serem utilizados na prática. De seguida, tentam-se estabelecer algumas orientações quanto à utilização dos métodos financeiros segundo duas perspectivas: 1) quando é que estes métodos podem ser utilizados como critérios, em simultâneo, satisfazendo a exigência de não-redundância de uma família coerente de critérios e 2) quais as situações de decisão, caracterizadas em função do grau de risco e incerteza e da existência de limite ao investimento, adequadas aos diferentes métodos apresentados.

Abordam-se depois, numa segunda parte, alguns aspectos relacionados com os sistemas de apoio à decisão para, depois, descrever as características e objectivos do sistema AGAP. Em função da caracterização do sistema, descreve-se o seu modelo de dados, bem como a utilização da parcela que foi implementada. As actividades de implementação realizadas incidiram principalmente na manipulação da informação associada à definição e caracterização dos projectos, carteiras e processos. Foi também implementado um conjunto significativo dos métodos financeiros. Por último,

apresentam-se algumas conclusões e propostas de actuação para o futuro.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 de Maio de 1998.

Um Modelo para Planeamento Regional — Combinação de aspectos quantitativos e qualitativos

Fernando Mercatudo de Jesus

No nosso trabalho, efectuamos o enquadramento das opções regionais e apresentamos uma interligação, embora superficial, de métodos quantitativos com uma abordagem qualitativa no planeamento económico de uma região. Começamos por apresentar a motivação do trabalho, seguidamente o enquadramento e no capítulo III apresentamos um modelo para o planeamento económico na sua vertente quantitativa, utilizando como auxiliar o sistema Sommix. Este SAD permite uma abordagem interactiva na procura de resolução do problema de PLMO — com cinco funções objectivo — que advém do modelo. Algumas soluções do modelo são agrupadas em planos económicos, donde se poderá retirar, entre outros dados, os níveis atingidos para cada função objectivo, a evolução das actividades económicas, ou seja, a perspectiva da evolução da economia regional.

Analisando o aspecto quantitativo e com base nos planos económicos obtidos anteriormente (capítulo III), efectuamos no capítulo IV uma análise qualitativa da Região Norte, com base em indicadores de bem-estar das populações. Com a procura de interligação do campo quantitativo com o qualitativo procuramos um conhecimento de nível espacial mais localizado — ao nível de concelho — para que se possa obter com maior rigor a heterogeneidade regional, permitindo assim que o planeamento económico seja mais adequado às realidades locais. O AD com a nossa proposta de análise — nomeadamente pela interactividade dos auxiliares de apoio à decisão — poderá obter uma boa dose de análise das opções de planeamento a implementar numa região.

Após o tratamento da estrutura do trabalho, apresentamos uma reavaliação dos cenários pelos quais optamos, as potencialidades e limitações do trabalho, bem como as conclusões. Destas, destacamos, a grande necessidade de um conhecimento quantificado das opções de planeamento económico regional e de uma análise mais

detalhada do posicionamento «regional», de modo a que as opções tenham em conta as «verdadeiras» realidades.

Optamos pela PLMO, com a utilização do sistema SOMMIX, como auxiliar da vertente quantitativa do nosso trabalho, e julgamos que a sua utilização poderá ser uma realidade nos organismos com supervisão regional, como sejam as Comissões de Coordenação Regionais.

No âmbito qualitativo do nosso trabalho, parece-nos que a opção pela análise do posicionamento do bem-estar das populações, até ao nível espacial do concelho, permite uma abertura de análise complementar da quantitativa, que dará aos agentes de decisão com responsabilidade de planeamento regional, a possibilidade de efectuar análises globais e actualizadas do desenvolvimento sub-regional. Deste modo, as opções a tomar pelo AD tem uma base de levantamento real e não a força de reivindicação das entidades locais. Parece-nos claro que as opções regionais — desde o âmbito de incentivos regionais ao de fixação de projectos em determinado local — não poderão ficar apenas por opções de índole «político-estratégico», mas antes que possuam uma análise quantitativa e qualitativa da região. Deste modo, a distribuição de recursos tenderá a ser equitativa e equilibrada face à «realidade» local — permitindo melhorias da economia real — e não pelo pendor das vertentes políticas — *lobbies* pró-regionais — tantas vezes resultantes de cenários construídos mediaticamente e não dos reais interesses.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 5 de Junho de 1998.





Sistemas de Apoio à Decisão aplicados à Gestão da Qualidade: desenvolvimento de uma ferramenta de Avaliação de Qualidade Hospitalar

Victor Manuel dos Reis Raposo

O propósito desta tese foi o de desenvolver um SAD que apoie o gestor hospitalar na obtenção de informação relevante para a análise da qualidade e como instrumento de apoio à decisão nos processos de planeamento da instituição nas áreas da qualidade.

Após uma revisão e discussão cuidadas dos principais problemas de ordem conceptual e metodológica relacionados com a problemática em torno dos SAD (origens, definição, classificação e arquitectura), com a integração deste tipo de sistemas com os níveis de gestão e os seus contributos para a gestão e manutenção da qualidade, e com o tipo de dados a utilizar para alimentar o sistema, procedemos à exposição dos módulos, dos objectivos e da arquitectura do sistema desenvolvido — o SAD IAQH.

Entendemos o conceito de qualidade hospitalar como a melhoria contínua dos serviços de modo a satisfazer as necessidades e as expectativas dos doentes, médicos, pagadores, empregados e a comunidade servida pelo hospital. Centrámos a nossa análise nas percepções e avaliações realizadas pelos doentes relativa aos serviços e cuidados consumidos. O IAQH fornece medidas válidas das tendências da qualidade hospitalar, tal como é apercebida e julgada pelos doentes, obtidas a partir da aplicação de um questionário sobre uma amostra aleatória de doentes.

O SAD IAQH através de mecanismos de acesso interactivo aos dados, de aplicação de filtros, de definição de âncoras para os graus de qualidade e do número de graus de qualidade, de decomposição do valor obtido para cada indicador e da construção de relatórios aproveita os recursos do IAQH para providenciar aos agentes de decisão um sistema de apoio nos processos de decisão relacionados com a qualidade hospitalar.

As necessidades de investigação nesta área não terminam com a conclusão deste estudo,

uma vez que esta aproximação inicial constitui o primeiro passo para futuros desenvolvimentos de uma ferramenta que julgamos capaz de contribuir com mais-valias para a melhoria do apoio nos processos de decisão relacionados com a qualidade hospitalar e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade hospitalar.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 5 de Junho de 1998.

**Apoio à Estruturação e Agregação
Multicritério de Preferências baseado no
Modelo Relacional de Dados —
incorporação num Sistema de Apoio à
Decisão (AGAP)**

João Paulo de Almeida Lança Trindade

Este trabalho insere-se no âmbito do desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão de grupo — o sistema AGAP (Apoio a Grupos de Análise e Avaliação de Projectos), cujo principal objectivo é a análise e avaliação de projectos de investimento.

Depois de caracterizados, os projectos são avaliados através de alguns métodos de apoio à decisão multicritério. Os dados são armazenados numa base de dados relacional a partir da qual a informação necessária à execução dos métodos é obtida.

Procura-se, inicialmente, identificar e abordar alguns conceitos relativos à fase da estruturação de problemas, no contexto do apoio à decisão. Em seguida, descrevem-se os métodos multicritério implementados no sistema e que permitem proceder à avaliação dos projectos em causa.

Após breve referência ao conceito e características fundamentais de um sistema de apoio à decisão e de um modelo relacional de dados, descreve-se o sistema AGAP, nomeadamente ao nível das suas principais características, objectivos e modelo de dados. É, depois, descrita a implementação dos métodos multicritério baseada na estrutura relacional de dados. Os procedimentos desenvolvidos no âmbito da implementação dos métodos assentam na manipulação e actualização dos dados armazenados na base de dados. São ainda apresentadas algumas sugestões, para futura implementação, relativamente ao apoio do sistema AGAP na construção de uma família coerente de critérios. No final desta parte são ainda relatados os principais aspectos de utilização do sistema.

Por último, são apresentadas as conclusões e algumas propostas para o futuro. As propostas incidem principalmente sobre aspectos a implementar em futuras versões do sistema AGAP.

Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra, 30 de Junho de 1998.





Análise e Determinação dos Factores de Risco das Acções que Integram o Índice PSI-20 (Período de 01 de Janeiro de 1994 a 31 de Novembro de 1997)

Francisco José Sanches Tomé

Este trabalho procurou averiguar a existência de factores económicos que afectam de forma sistemática a cotação das acções, socorrendo-nos para tal do modelo desenvolvido por Stephen Ross, em 1976: a *Arbitrage Pricing Theory* (APT).

Este modelo de avaliação de activos prevê que o rendimento esperado dos activos seja aproximadamente uma função linear dos prémios de risco de diversos factores económicos sistemáticos. Depois desta descoberta, muitos autores tentaram testar a teoria e suas implicações práticas. Enquanto uns confirmam os resultados, nomeadamente, Roll e Ross (1980, 1995), Chen (1983), Chen, Roll e Ross (1986), Cobbault (1987), Meyeres (1973) Laurence (1996), Virtanen e Paavo (1989); outros desmentem-nos, defendendo o comportamento caótico do mercado: Fama e French (1988, 1996), Arnott (1994), Tease (1993), entre outros.

No período de 1 de Janeiro de 1994 a 31 de Novembro de 1997, as análises realizadas puseram em evidência a existência de factores económicos que afectam de forma sistemática as cotações das acções. Mostramos também que os principais determinantes da cotação das acções portuguesas estão associados ao risco de mercado, ao risco da taxa de juro e às estratégias empresariais.

Este estudo teve o mérito de evidenciar claramente que, para além do risco de mercado, existe um conjunto bastante diversificado de factores económicos com capacidade de afectar as cotações dos títulos. Constatamos ainda que os diferentes títulos reagem de forma diferenciada à divulgação da informação económica relativa aos factores de risco.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 27 de Julho de 1998.

Ciências Empresariais

Relações entre Satisfação dos Clientes e Resultados do Negócio

Maria Margarida Miguel André

A importância da noção de Satisfação de Clientes desde há muito se tem vindo a consolidar no seio das empresas, que vêem no bem-estar do cliente a peça chave que promove o sistema de negócios movido pelas forças da oferta e da procura.

Contudo, no decorrer dos anos noventa, a experiência de inúmeras empresas que se concentraram numa gestão voltada para o cliente parece questionar até que ponto os esforços direccionados para a Satisfação do Cliente se reflectem significativamente no seu Retorno Económico. Na verdade, nas empresas caracterizadas por um estágio organizacional superior, a Satisfação de Clientes, embora continue a constituir uma prioridade estratégica, deixou de desempenhar a principal figura de uma gestão direccionada para o cliente. Em contrapartida, a integração no pensamento estratégico empresarial de novas concepções, como a *Lealdade e Valor para o Cliente*, ganha cada vez mais relevância quando o que está em causa é o desenvolvimento da relação entre o cliente e a organização com vista à melhoria dos Resultados do Negócio.

Com esta dissertação pretende analisar-se o alcance e limitações do conceito de *Satisfação de Clientes* e relacioná-lo com as noções de *Lealdade e Valor para o Cliente* numa óptica de enquadramento global, enquanto importantes elementos estratégicos que se complementam entre si. Posicionar estes conceitos numa perspectiva operacional e compreender a contribuição de cada um deles no processo de optimização dos Resultados do Negócio é o principal desafio a que nos propomos responder.

Com o intuito de validar no terreno a integração destes conceitos nas práticas organizacionais portuguesas, foi realizado em inquérito/entrevista às sete empresas finalistas do Prémio de Excelência (PEX) de 1994, organizações estas reconhecidas pelo seu empenho sério numa gestão orientada pelos princípios da Qualidade Total. O estudo de

caso da Xerox Portuguesa e a abordagem realizada à experiência da Legrand completam o trabalho de campo desenvolvido no âmbito desta dissertação, e constituem dois contributos fundamentais para a sistematização de algumas ideias sobre o fluxo de valores que suporta as relações entre Satisfação de Clientes e Resultados do Negócio.

De uma forma breve pode concluir-se que quando a organização consegue conquistar uma postura de Lealdade nos seus Clientes Satisfeitos, são desencadeados uma série de efeitos que afectam positivamente os Resultados do Negócio. Para o sucesso desta relação, os gestores devem compreender que o cliente só permanecerá leal à organização, se a organização foi leal ao cliente. Neste sentido, devem esforçar-se na oferta de um *Valor* superior ao cliente, levando-o a privilegiar a continuidade do seu negócio com aquela organização.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Maio de 1998

Um Modelo Integrado de Empresa para Simulação e Ensino de Processos de Gestão



Carlos Alberto Esteves Ferreira Gomes

Da estrutura curricular dos cursos superiores de gestão resulta que o ensino das matérias seja feita de forma compartimentada, sendo difícil na maioria das vezes transmitir ao aluno as interacções existentes entre as diversas áreas funcionais típicas de qualquer organização.

Deste modo, o modelo integrado que construímos, do tipo empresa-laboratório, tem como objectivo principal, não só tornar mais atractivo o ensino da gestão, mas também dar a conhecer ao aluno a interdependência existente entre os diversos sectores da empresa.

Utilizando dados provenientes de uma empresa cerâmica do distrito de Coimbra, construímos o modelo com base em técnicas de simulação. Usámos para este efeito o SlamSystem para modelizar os processos produtivos, o Excel para a modelização das actividades administrativas, financeiras e de *marketing* e as linguagens de programação FORTRAN e Visual Basic para assegurar a integração e o interface com o utilizador.

Este modelo irá permitir ao estudante analisar processos de gestão, só possíveis de observar desta forma, não só devido aos custos que experiências desta natureza iriam envolver se fossem executadas na realidade, mas também pela perturbação que causariam se fossem ensaiadas num ambiente real.

O facto do modelo integrar as diversas áreas funcionais da empresas, possibilitará ao aluno ter uma visão global dos efeitos da tomada de decisão, dando-lhe assim a conhecer uma perspectiva integradora das diversas matérias que aprendeu, de uma forma segmentada, ao longo do curso.

Este modelo pretende também ser um embrião de um projecto mais ambicioso, cujo objectivo consistirá em desenvolver um instrumento de apoio à gestão, que possibilite aos responsáveis verificar o impacto das suas decisões nas diversas áreas da empresa, antecipando eventuais acontecimentos e podendo melhorar o seu desempenho.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 9 de Junho de 1998.



Análise da Estrutura Produtiva do Sector de Moldes para Plásticos da Marinha Grande

Maria de Fátima Sousa Diniz Martins Lopes

O presente trabalho tem por objecto a análise da estrutura produtiva do sector de moldes para plásticos da Marinha Grande, região onde se concentram actualmente cerca de 60% das empresas deste sector. Portugal encontra-se entre os países produtores de moldes tecnologicamente mais avançados e as suas exportações ocupam lugar de destaque a nível mundial.

O estudo desenvolve-se em duas vertentes distintas. Uma primeira parte, de índole descritiva, reúne um conjunto de informações sobre o sector, tendo como fim último a sua caracterização em termos de estrutura produtiva, económica, financeira e internacional, merecendo especial relevância a estrutura do emprego e dos custos por natureza.

A segunda parte do trabalho tem como objectivos fundamentais identificar os factores que influenciam o volume de produção, medir as economias de escala e identificar os principais determinantes do investimento no sector. O estudo empírico e a análise teórica que lhe está subjacente desenvolvem-se em três fases. Numa primeira fase, é analisada teoricamente a função de produção estabelecendo-se contraste entre as teorias neoclássica e keynesiana: a primeira defende que o crescimento do produto é uma função da oferta dos factores de produção e da produtividade exogenamente determinados; a segunda considera que, numa economia fechada, os factores de produção e a produtividade são endógenos e condicionados fundamentalmente pelas forças da procura. Seguidamente, faz-se uma comparação com a teoria do crescimento endógeno, que defende o capital humano como motor do crescimento e mais importante factor de produção. A aplicação da função de produção ao sector em estudo, numa análise em painel (*cross-section* e *cross industry*), revela que a produção responde positivamente ao crescimento dos factores de produção trabalho e capital, com especial intensidade em relação a este último, permanecendo, no entanto, por explicar, uma

parte substancial do crescimento da produção (que Abramovitz designou por «medida da ignorância»); igualmente revela a presença de rendimentos de escala constantes e provavelmente crescentes, o que contraria a visão neoclássica de rendimentos de escala constantes ou decrescentes. A introdução, na função de produção, de novos factores que procuram traduzir a acumulação de capital humano (número de anos de escolaridade e idade dos trabalhadores), revela que a produção responde positivamente ao crescimento destes factores, verificando-se, igualmente, um reforço significativo da importância relativa do factor trabalho e uma redução notável da «medida da ignorância», o que dá força à importância que a teoria do crescimento endógeno atribui ao capital humano.

Numa segunda fase, a análise teórica centra-se na natureza endógena da produtividade e do emprego de acordo com a interpretação dada por Kaldor à Lei de Verdoorn, e da sua importância na explicação do crescimento económico, na sequência da existência de rendimentos de escala crescentes no sector industrial, que determinam que, a um maior crescimento do produto corresponda um maior crescimento da produtividade do trabalho e do emprego. A estimação em painel do coeficiente de Verdoorn, confirma a presença de rendimentos de escala crescentes no sector em estudo e comprova a natureza endógena do crescimento da produtividade do trabalho e do emprego.

Numa terceira e última fase é abordada teoricamente a função de investimento, sendo confrontados os pontos de vista das principais correntes teóricas, neoclássica e keynesiana, a primeira defendendo que os preços dos factores de produção são os principais determinantes do investimento e, a segunda, argumentando que o investimento é endógeno e condicionado pelas forças da procura, respondendo positivamente ao crescimento da produção através do mecanismo da aceleração. A aplicação da função de investimento ao sector demonstra que os preços dos factores de produção (salários e taxas de juro) não são relevantes nem restritivos do investimento e confirma o princípio do acelerador flexível, afirmando-se

as exportações do período anterior como as mais relevantes forças da procura, o que confirma a tese de Kaldor relativamente ao seu papel, como motor do crescimento cumulativo, numa economia aberta.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 15 de Junho de 1998.

A Utilização da Tipologia Porteriana na Definição da Estratégia das Empresas de Porcelana em Portugal

Rui Manuel da Silva Jácome de Sousa

Este trabalho tem como objectivo estudar a aplicabilidade da tipologia das estratégias genéricas de Porter à indústria da porcelana fina em Portugal.

A indústria da porcelana fina tem vindo a ganhar uma importância crescente dentro do sector cerâmico, contribuindo para o desenvolvimento económico e social de algumas regiões. O valor das exportações de porcelana tem crescido substancialmente nos últimos anos, contribuindo de alguma forma para a difusão e projecção da imagem de Portugal no exterior. A marca e a imagem da empresa, o *design*, a qualidade, os custos de produção, os canais de distribuição, o *marketing*, o serviço e prazos de entrega e o preço, são os factores-chave considerados mais importantes, que condicionam a competitividade e a rivalidade entre as empresas e que afectam o seu posicionamento estratégico.

É importante verificar a importância da estratégia no sucesso de qualquer empresa, o desempenho competitivo a longo prazo de qualquer organização depende da correcta formulação e implementação das suas orientações estratégicas. Neste sentido, descreveu-se as principais etapas da evolução da teoria estratégica, com principal evidência para a tipologia das estratégias genéricas de Porter.

A metodologia utilizada nesta investigação teve como base o painel de Dess e Davis e foi utilizada uma amostra constituída por um inquérito efectuado às principais empresas de porcelanas portuguesas. Os dados recolhidos foram analisados através da utilização de estatísticas descritivas e análise factorial.

Os resultados encontrados permitem-nos identificar duas estratégias relacionadas com a diferenciação, duas relacionadas com a liderança de custos e ainda uma estratégia de enfoque misto. Constatámos que mesmo as empresas que seguem estratégias de diferenciação não descaram a eficiência na fabricação, permitindo-lhes uma maior





competitividade sustentada. Verificamos também o aparecimento e integração de novas técnicas de gestão como o tempo e a qualidade total, no desenvolvimento de estratégias, proporcionando-lhes maior flexibilidade para responder às alterações competitivas e do mercado.

Foram identificados três grupos estratégicos com base num pequeno número de características-chave, que seguem orientações estratégicas baseadas na diferenciação, na liderança de custos e no enfoque misto.

Os resultados da análise de desempenho efectuada aos grupos estratégicos, são em parte consistentes com a teoria de Porter, uma vez que o grupo que apresenta melhor desempenho é aquele que segue uma estratégia baseada na diferenciação, coerente com as estratégias genéricas que Porter recomenda. No entanto, não ficou provado que as estratégias mistas apresentem necessariamente o pior desempenho.

Tendo em conta as considerações efectuadas e à excepção da estratégia mista encontrada, podemos concluir, duma maneira geral, pela utilidade e aplicabilidade da tipologia Porteriana na definição da estratégia das empresas de porcelana em Portugal.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 16 de Junho de 1998.

Gestão da Qualidade Total nas Escolas — o planeamento da qualidade aplicado ao ensino pré-escolar

Patrícia Helena Ferreira Lopes de Moura e Sá

Durante muitos anos, as Escolas consideraram que não tinham necessidade de estudar as necessidades dos estudantes, pais e sociedade em geral, mantendo-se à margem da aplicação de quaisquer teorias de gestão. Hoje, contudo, as elevadas taxas de desemprego, o reconhecimento dos custos que as empresas suportam para fornecer aos seus colaboradores capacidades e aptidões que estes deveriam ter adquirido na escola (mas não o fizeram) e a crescente concorrência entre as escolas contribuem para que o sistema educativo esteja sucessivamente mais desperto para o movimento da qualidade, com os ganhos e melhorias que ele pode gerar. Assim, os conceitos e metodologias da Gestão da Qualidade estão-se a tornar cada vez mais importantes e a sua aplicação mais generalizada.

Com esta tese procurou desenvolver-se um novo conceito de jardim de infância ideal, partindo as necessidades e expectativas de pais, crianças e educadores (considerados os seus clientes principais). Ao conceber respostas adequadas o jardim de infância poderá satisfazer essas necessidades e encantar todos os que com ele se relacionam.

No prosseguimento desta finalidade, aplicámos metodologias da gestão da qualidade bem conhecidas, como o Desenvolvimento da Função Qualidade (QFD) e a Engenharia de Conceitos.

O nosso trabalho de investigação baseou-se num vasto estudo empírico, levado a cabo com a participação de 7 jardins de infância. Neles realizámos um total de 62 entrevistas (incluindo 31 crianças, 17 pais e 14 educadoras). O tratamento apropriado da informação qualitativa obtida nestas entrevistas revelou necessidades dos clientes que não se encontram actualmente completamente satisfeitas, exigindo soluções técnicas diferentes e, acima de tudo, uma nova forma de gerir os recursos de que as

escolas dispõem, em colaboração com todos os seus *stakeholders*.

Analisando globalmente a Casa da Qualidade que construímos, conclui-se que a adopção da filosofia de Gestão da Qualidade Total é a resposta para muitas das expectativas dos clientes que foram identificadas.

A aplicação regular das abordagens de Gestão da Qualidade resultará não só na definição de novos modelos de escala, como conduzirá a que algumas instituições de ensino se tornem verdadeiramente *learning organisations*, a quais criam vantagens competitivas importantes e procuram permanentemente novas formas de satisfazer os seus clientes.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 18 de Junho de 1998.

As Empresas Portuguesas face aos Custos da Qualidade



Manuel da Costa Pinho

Este trabalho de dissertação tem como objectivo principal a análise da utilização por parte das empresas portuguesas dos Custos da Qualidade.

Os Custos da Qualidade não são uma preocupação recente das empresas. Os anos sessenta marcaram uma viragem nas condições de concorrência e a partir daí a preocupação com os custos passou a ser um factor dominante na gestão das empresas. Os Custos da Qualidade, como ferramenta da Qualidade, aparecem em resposta a essas preocupações. No entanto, não existe uma única forma de abordagem. Tem havido uma evolução constante ao longo destes cerca de quarenta anos o que reafirma a actualidade da ferramenta dando-lhe mesmo um estatuto de importante instrumento de gestão. A análise desta evolução, desde o modelo tradicional de Juran, as análises de Feigenbaum e Crosby até aos modelos mais actuais suportados nas teorias de H. Kume e A. Schneiderman, é uma das vertentes do trabalho. Para além das abordagens tradicionais dos Sistemas de Custos da Qualidade (PAF-Prevenção, Avaliação e Falhas de Feigenbaum e POC e PONC de Crosby) outras abordagens mais recentes como a Função Perda da Qualidade (QLF) de Taguchi e a metodologia de Gestão dos Custos baseada na Qualidade (QBCM) não foram esquecidas nesta análise.

Nas empresas portuguesas, os Custos da Qualidade são, dum modo geral, uma descoberta recente. O estudo realizado junto das empresas portuguesas procura avaliar o grau de conhecimento e a forma de utilização da ferramenta, bem como inventariar os principais benefícios que são reconhecidos pelas empresas. Faz-se ainda a análise dos valores encontrados para alguns rácios que foram disponibilizados pelas empresas participantes. O estudo efectuado permite tirar diversas conclusões e apontar algumas recomendações.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2 de Julho de 1998.



**Planeamento Agregado da Produção.
Regra de Decisão Linear Modificada: a
utilização de mão-de-obra constante**

João Paulo Faria Brito da Silva

O planeamento agregado da produção constitui uma das áreas da Gestão Industrial que tem vindo a merecer ao longo das últimas décadas uma especial atenção dos investigadores. É, portanto, um tema que se encontra amplamente discutido na literatura, onde se advogam diversas metodologias de abordagem bem como diferentes modelos de planeamento. Contudo, continua a verificar-se um grande distanciamento entre os modelos propostos e a sua aplicação prática no mundo empresarial. No que respeita aos modelos matemáticos, é frequentemente apontado como causa desse distanciamento a complexidade de formulação dos modelos, a dificuldade de representação da envolvente real da empresa, bem como a pouca familiaridade dos planeadores à linguagem matemática. No entanto, mesmo os modelos heurísticos ou parcialmente heurísticos, que em detrimento da optimalidade das suas soluções visam ultrapassar as dificuldades apontadas aos modelos matemáticos, não recolhem grande receptividade por parte dos planeadores.

Este trabalho visa introduzir uma alteração no modelo matemático de maior referência da literatura, a Regra de Decisão Linear, que comprovadamente produz soluções de custo inferior às dos restantes modelos matemáticos e heurísticos existentes. A alteração introduzida consiste na manutenção de um volume constante de mão-de-obra em todo o período de planeamento, adaptando assim o modelo original aos condicionalismos existentes na variação sistemática do número de trabalhadores de uma empresa. Esses condicionalismos podem radicar em razões de ordem legal, no funcionamento do mercado de trabalho, em preocupações de ordem social ou mesmo em valores da cultura empresarial.

No presente trabalho foi especificada a Regra de Decisão Linear modificada, bem como obtidas as respectivas regras de decisão para a produção e mão-de-obra. O modelo foi avaliado com base nos dados de uma empresa industrial de corte e polimento de

chapa de granito e mármore, tendo os resultados obtidos mostrado que as soluções do modelo modificado não se afastam significativamente das produzidas pelo modelo original.

Conclui-se com base nos resultados obtidos, que a regra de decisão linear modificada se apresenta como alternativa ao modelo original, uma vez que o acréscimo de custo que produz é pouco significativo e a sua utilização, para além de ser mais fácil, é mais adequada em ambientes empresariais onde haja dificuldade em fazer variar sistematicamente o número de trabalhadores.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 7 de Julho de 1998.

Gestão e Economia da Saúde**Competências Pedagógicas do Professor no Ensino de Enfermagem****Lídia do Rosário Cabral**

O tema da dissertação que realizamos tem por título «Competências Pedagógicas dos professores no Ensino da Enfermagem».

Os objectivos definidos foram: analisar a opinião dos docentes sobre as suas competências pedagógicas; analisar a opinião dos discentes sobre as competências pedagógicas dos seus professores; comparar as opiniões dos docentes e dos discentes sobre as competências pedagógicas dos professores do Ensino Superior de Enfermagem.

O presente trabalho está subdividido em duas partes. Na primeira parte, apresentamos a fundamentação teórica, onde desenvolvemos os conceitos de educação, de aprendizagem, de pedagogia, de competência e competência educativa. Fazemos uma reflexão sobre o Ensino Superior e o Ensino de Enfermagem e desenvolvemos a temática da competência pedagógica e do conhecimento pedagógico. Na parte final, apresentamos algumas teorias e modelos de formação de professores e algumas correntes pedagógicas contemporâneas.

Na segunda parte, desenvolvemos a componente empírica onde apresentamos no capítulo um, a metodologia utilizada e no capítulo dois, a apresentação, análise e discussão dos resultados.

Trata-se de um estudo de tipo exploratório e descritivo e foram utilizados, como instrumentos de recolha de informação, o questionário e entrevista. A população, é constituída pelos docentes e discentes de quatro Escolas Superiores de Enfermagem da Zona Centro, da qual se extraiu uma amostra, de quarenta docentes e quarenta discentes.

Os dados sofreram tratamento quantitativo e qualitativo.

Dos resultados obtidos podemos concluir: não existe, diferença significativa, na valoração de docentes e discentes relativamente às competências pedagógicas; não existe, diferença relevante, na valoração dos

docentes com formação pedagógica e docentes sem formação pedagógica; existe, alguma contradição, entre os dados obtidos nas diferentes afirmações.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 23 de Julho de 1998.





Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica

Técnicas de Análise de Investimentos — do VAL às Opções Reais

Patrícia Pereira da Silva de Vasconcelos Correia

Financeiros e estrategos vêm-se frequentemente envolvidos no processo de avaliação de investimentos de longo prazo a implantar pelas empresas, incluindo desenvolvimentos de novos produtos, alterações na produção, fusões ou aquisições. Nos últimos anos, graças ao desenvolvimento e disseminação de ferramentas analíticas sofisticadas, os departamentos financeiros das empresas têm vindo a ocupar uma posição de grande influência na gestão. Este lugar de destaque foi conquistado à custa do planeamento estratégico.

A síntese apresentada desenvolve-se tendo de algum modo em conta a evolução cronológica do conhecimento científico sobre o assunto a que diz respeito, *Técnicas de Análise de Investimentos*, desde os trabalhos pioneiros, naturalmente menos elaborados e que se foram revelando com o decorrer do tempo insuficientes para a tomada de decisões sólidas, passando por aqueles em que a consideração da técnica de actualização financeira e do risco se revela imprescindível, para, finalmente, se chegar aos que valorizam o enquadramento estratégico.

Os numerosos trabalhos científicos que actualmente vêm sendo dados à estampa, quer em importantes obras monográficas, quer em artigos de investigação publicados em prestigiadas revistas científicas, mostram que um bem sucedido tratamento da incerteza e da flexibilidade dos projectos de investimento é hoje proporcionado pela *Teoria das Opções Reais*.

É dada notícia sobre os recentes avanços da técnica das opções reais que fornecem ferramentas para uma «revolução» no campo estratégico da Análise de Investimento. Com efeito, estudos e técnicas da valorização de opções reais permitem quantificar os elementos da flexibilidade da gestão operacional e as interacções estratégicas ignoradas ou subestimadas na abordagem

convencional da regra do VAL e outros métodos quantitativos similares.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 26 Maio de 1998.